

2.2 | ESTRATÉGIA DA INTERVENÇÃO

AVALIAÇÕES DE LEIRIA PÓS-POLIS

“Numa sociedade crescentemente globalizada, (...) as cidades devem ser pólos essenciais do progresso e de desenvolvimento económico e social. Essa função de alavanca do desenvolvimento não pode ser desempenhada pelas cidades que não tenham um ambiente de qualidade e que não tenham níveis elevados de atractividade” (MAOT, 2000a: 21). O Programa Polis confirmou o sucesso desta iniciativa a nível nacional, melhorando a qualidade de vida das populações com operações urbanísticas e ambientais e, conseqüentemente, favorecendo a atractividade e competência de pólos urbanos relevantes no sistema urbano nacional.

Apesar do entusiasmo circundante ao Programa Polis, partindo do princípio que o planeamento do território asseguraria uma gestão urbana eficaz, este não pretendia resolver todos os problemas das cidades mas, sobretudo, deixar traçadas novas directrizes à matriz de um planeamento mais sustentável. Olhando para o nosso país, não precisamos de mais cidades, mas sim de “mais cidade”⁹².

Numa era onde se reconhece que os recursos são escassos e finitos, os projectos urbanos devem ter perante a natureza uma visão, não só de conservação, mas também de aproveitamento e continuidade. É premente criar condições físicas, sociais e económicas, bem como sensibilizar as populações a usufruir dos espaços reconhecendo-lhes as suas valências.

Em Leiria, há a consciência dos erros cometidos no passado que resultaram de uma transformação acelerada do concelho que por sua vez originou casos urbanísticos graves, descaracterizadores, que urge reparar e impedir a sua propagação. Esta consciência teve no Programa Polis a sua expressão máxima pelos objectivos estratégicos que apresentou. Como Leiriense posso afirmar que o objectivo principal deste Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental foi alcançado. Sem dúvida, a qualidade de vida na cidade de Leiria melhorou.

⁹² Cf. Silva, 2007b.

É comum concluir-se que, perante o financiamento disponibilizado se poderia ter feito melhor como também é comum afirmar-se que não seria tarefa difícil criar espaços verdes e de recreio numa cidade que não dispunha de verde algum, à excepção das rotundas. O mesmo acontecia com os espaços públicos, de convívio e lazer que além de escassos eram deficientes e a maioria das vezes invadidos pelo automóvel.

Contudo, nem sempre é fácil, e muito menos comum em Portugal, gerir tamanha intervenção estratégica e participada. Mas é seguramente útil e positivo avaliar, apontar e tecer críticas mais específicas que orientem e motivem futuras intervenções *Polis*, na sua melhoria e/ou continuidade. Certo é que a Leiria pós-*Polis* trouxe as pessoas à rua. A cidade dispõe agora de inúmeros espaços públicos ao reconciliar-se com o rio, abrindo novas formas de aproximação e fruição das suas margens, seja em praças, parques, percursos ou jardins mas que, no entanto, rapidamente se tornam insuficientes. Deste modo, e numa posição mais crítica e específica, torna-se pertinente algumas observações sobre *Viver Leiria*.

O “verde contínuo” ao longo das margens do Lis é mais de enquadramento paisagístico do que de utilização, primando o carácter decorativo ao funcional. Situação que se verifica particularmente no Parque da Cidade: localizado na zona central, seria o mais propício ao encontro social. No entanto, para além de não estar ainda terminado, é um espaço retalhado por “verdes” e pavimentos que, não descurando o seu interesse, condicionam demasiado a forma de *viver* o Parque, tornando-o pouco convidativo à estada pois só vagamente se assemelha a um jardim.

Já o percurso ciclo-pedonal, que se pretende contínuo ao longo do curso do rio e em ambas as margens, é quebrado por um troço ribeirinho que não chegou a ser concretizado e corresponde à plataforma existente entre o leito do rio Lis e a rua Conde Ferreira (zona em frente ao antigo Hospital).

Outra das grandes críticas ao *Polis* de Leiria é a forma como este termina, abruptamente. Limitada pelo perímetro urbano da cidade, a intervenção *Polis* tem as suas extremidades “mal acabadas”, não sugerindo continuidade nem tão pouco um fim de percurso, principalmente a sudeste do Lis (a caminho de Cortes), onde a via ciclo-pedonal é encerrada com um muro que não desejou, como se contra ele fossemos no desejo de continuar a seguir o curso do rio.



Fig. 70 | Fim do POLIS Leiria a sudeste do Lis.



Fig. 71 | Fim do POLIS Leiria a poente do Lis.

Por ser um planeamento participado, o programa Polis, deu origem a algumas hesitações, nomeadamente, entre os comerciantes que contestaram um dos objectivos previstos no Plano Estratégico. E, deste modo, se abandonou o projecto de um túnel sob o Rossio e parte da Av. Heróis de Angola (rua muito forte em comercio local) que, garantindo a fluidez de tráfego subterrâneo, possibilitava a pedonalização e requalificação de toda a área de superfície e a tão desejada ligação do Centro Histórico ao rio. Esta decisão em pouco beneficiou a cidade e até os próprios comerciantes que não vão ter como competir com o novo shopping na cidade centro somado à extensa área verde e pedonal circundante, ou mesmo com novas outras grandes superfícies em áreas mais periféricas.

A “Iluminação Cénica do Castelo” que transparece a vontade de levar do próprio monumento, embora interessante, não atrai visitas ao espaço. O Castelo, que não foi submetido a nenhuma operação de requalificação, continua subaproveitado. O Plano de Pormenor que o integra previa a requalificação das encostas das muralhas e a criação de um meio mecânico de transporte da baixa até ao Castelo. Nenhuma destas acções foi executada, à excepção de uma pequena parcela da encosta. É de referir que com o último quadro de apoio QREN de Julho do presente ano, está assegurado o financiamento necessário para concluir as obras iniciadas pelo Polis tais como: a melhoria dos acessos ao topo da colina do Castelo com o aumento do Parque Verde da Encosta; o troço de rio atrás referido; entre outras.

É curioso ver como se educam hábitos de vida nas populações perante as condições que se lhes põem à disposição. Os cidadãos de Leiria, depois de uma fase de adaptação, não só aderiram à “nova” cidade como dela dependem: seja para se deslocarem a pé para o trabalho, de bicicleta em passeio, para actividades desportivas a céu aberto ou mesmo para levar os filhos aos Parques; dela depende o quotidiano dos que a habitam de forma cada vez mais saudável. É neste sentido que a cidade de Leiria tem de progredir, criando mais e mais espaços públicos, verdes, e infra-estruturas necessárias a este novo modo de vida que se pretende fomentar.

Para este efeito, está já em aprovação a criação/continuação de uma ciclovía desde a extremidade do Polis a jusante da cidade até à Foz, onde depois se liga à da estrada Atlântica. Para trás, ficaram as margens do Lis desde a extremidade sul do Polis até à sua nascente (troço quatro vezes menor que o da Foz). E, assim, uma vez mais é iniciado um planeamento do fim para o princípio, pois esta intervenção só fará sentido se tratado o curso de água desde a sua nascente.

Mas, não há grandes dúvidas que a cidade de Leiria está mais “simpática”, capaz de promover cidadania e de atrair gente jovem para trabalhar ou estudar, para Viver Leiria e, deste modo, rejuvenesce-la. No entanto, em termos de turismo os resultados não foram significativos, continuando a não ser considerada suficientemente atractiva

para visitar. Daí a relevância do turismo em zonas rurais que circunscrevem Leiria e, na qual a freguesia de Cortes – berço do Lis - que, ocupando uma posição estratégica para um Turismo Integrado, merece especial atenção pois irá valorizar a própria cidade, torná-la mais atractiva para quem a visita e para quem nela quer viver reforçando, assim, o seu papel na região.

PENSAR GLOBAL, AGIR LOCAL

O afastamento do ambiente rural das disciplinas de urbanismo e da arquitectura tem resultado, durante muitos anos, em “retalhos” dispersos de uma manta que se difunde em torno das áreas urbanas. Leiria não é excepção. Percebe-se que no concelho de Leiria, como em muitos outros, falta um fio condutor vigoroso, uma estratégia territorial consolidada e coesa, uma visão de cidade que tenha força para conglomerar as suas freguesias, incluindo e organizando os aspectos físicos, sociais e económicos em toda a dimensão do seu território.

Este “plano geral” não pode servir somente para “coser” as diferentes intervenções que se espalham pelo concelho, deve antes ser o que os origina, garantindo que estas sejam coerentes entre si e se complementem, que tenham uma razão muito clara que explique a sua aplicação e desenvolvimento. Como defende Rosa Casanova (1994), não faz sentido debater o mosaico formado pelos tecidos urbanos, sem considerar o que os cose ou rompe, nem dar importância às peças do puzzle que é a cidade contemporânea, sem compreender as estruturas que as suportam⁹³.

A complexidade de um projecto a longo prazo dota-o de uma riqueza e de um valor que o distingue e o torna incomparável a um modelo de “pequenas cirurgias”, que resolve alguns problemas pela metade, e que não pode ambicionar soluções de maior amplitude. É indispensável ter uma visão de conjunto, de forma a adequar e equilibrar zonas totalmente urbanizadas com zonas detentoras de características rurais, zonas passíveis de construção e zonas de protecção natural⁹⁴. A cidade não pode funcionar como uma manta de retalhos.

Em Leiria são vários os casos de “periurbanização”, na qual as zonas periféricas não são o limite do seu espaço urbano, mas sim as aldeias que derivam deste concelho. Cortes com uma população que trabalha na cidade, é exemplo disso.

No espaço rural de Cortes, situado em torno do espaço urbano de Leiria, ou simplesmente, no espaço periurbano, misturam-se actividades rurais e urbanas na disputa pelo uso do solo. Talvez a importância deste espaço resida mais na sua dinâmica

⁹³ Cf. Grande, 2002.

⁹⁴ Neste quadro foi verificada a conveniência/utilidade de um planeamento hierarquizado, garante de uma visão integrada no processo de gestão. As diferentes escalas de intervenção correspondem aos diferentes problemas a solucionar: da construção isolada ao conjunto edificado, do aglomerado ao sistema do território que o envolve. Do plano estratégico ao Plano de Pormenor, e deste ao projecto de Arquitectura.

e multifuncionalidade do que na sua classificação. Entretanto, este fenómeno não decorre apenas do processo de urbanização mas, também, da procura de actividades com maiores rendimentos que a agricultura, como é o caso do turismo rural, cultural, do ecoturismo e outras actividades de suporte à vida urbana, como o recreio e lazer, num ambiente que permite maior contacto com a natureza e que ainda pode ser encontrado no espaço periurbano. Perante esta nova realidade é necessário repensar, planificar, de forma integrada, ordenando correctamente este espaço.

Recapitulando, o modelo periurbano procura na natureza e no seu modo de vida pacato, elementos que o tornem atractivo, em particular, para aqueles que procuram fugir à agitação das grandes cidades. As raízes identitárias do Homem, entrelaçadas no espaço, têm sofrido, reveses, na busca incessante de melhorias económicas, relegando as sociais e as ambientais para patamares secundários.

Urge requalificar os espaços periurbanos, torná-los apetecíveis a outros níveis, dar-lhes uma identidade, um sentido de vida, isto é, dignificá-los. E Cortes é um desses espaços apetecível porque mãe de um rio que a percorre e molda por campos férteis e verdejantes, mas também uma freguesia envelhecida, devotada ao abandono e ao esquecimento, quer pelos que ficam quer pelos que migram para a cidade. É necessário renová-la, torná-la não periférica da cidade de Leiria, mas o seu berço, como que relembando as suas raízes rurais, ou como refere o título do Roteiro Cultural elaborado pela Região de Turismo Leiria-Fátima, “Cortes: O Recato Burguês da Aldeia”. Um lugar onde sempre se articularam diferentes modos de vida: rural e urbano.

CORTES, UM PATRIMÓNIO A CONHECER

Cortes do paleolítico, dos fenícios, dos romanos e dos árabes, Cortes das Igrejas e Ermidas, dos solares e das casas populares, Cortes de Vasco Dias, Afonso Lopes Vieira e João Soares, Cortes das *Encostas d’Aire*, das nascentes, das noras e dos moinhos.

Pontualmente, surgem, ao longo das encostas e do vale, edifícios seculares que contam a história desta freguesia, explicitando a identidade do lugar onde se inserem - *o Génio do Lugar* - já que para Norberg-Schulz (1996) é a arquitectura que revela o significado escondido do meio onde se insere, e sem ela, permaneceria invisível. Com ela, o sentido do espaço torna-se visível e, por isso, constrói o lugar. Lugar sentido, vivido, simbólico e existencial⁹⁵. Uma terra que acumulou um vasto património, revelando a passagem do tempo no espaço, mas que não foi capaz de acompanhar as mudanças e os novos desafios do progresso e do tempo.

⁹⁵ Ao contrariar a identidade do *lugar* na sua qualidade de ligação emocional, de experiências e história, o *não-lugar*, de Marc Augé (1994), resulta dos excessos da *sobremodernidade* e representa os espaços de rápida circulação, transitórios e desprovidos de identidade. No resultado destes excessos, também os espaços rurais/periurbanos se apresentam num contexto de possível diluição de um quadro de memórias colectivas e crescente individualização das referências identitárias comprometendo, deste modo, o património local.

Para Charters Monteiro (2000: 82) “Avaliar o papel da herança material, cultural, humana das Cortes é imprescindível para revocacionar o seu futuro, estabelecendo, desde já, possibilidades de desenvolvimento adequadas”.

Do património religioso⁹⁶, destaca-se a igreja d’as Cortes, de finais de quinhentos, dedicada à N^a. Sra. da Gaiola. A paroquial é um templo barroco ou, pelo menos, de fachada tardo-barroca sem grande expressão, disposta em cruz. No seu interior sobressai o retábulo do altar-mor, em talha dourada, datado do início de setecentos⁹⁷. O Templo é revestido, a meia altura, por azulejos oitocentistas e no painel central do tecto da nave existe uma pintura alusiva à lenda de Sra. da Gaiola. Nos inícios do século XX foi ampliada, arrastando a respectiva torre sineira. Até ao final do séc. XIX, igreja e adro serviram de cemitério, pois só em 1990 foi inaugurado o Cemitério Público da freguesia.

À igreja matriz d’as Cortes somam-se-lhe outros templos de menor dimensão: na Senhora do Monte, na Reixida, na Amoreira, nas Fontes e em Famalicão. A capela da N^a Sra. do Monte, de 1550, é o mais antigo edifício conhecido em Cortes⁹⁸.



Fig. 72 | Igreja d’as Cortes.



Fig. 73 | Ermida da N^o Sr.^a do Monte.



Fig. 74 | Janela Manuelina.

Junto à ponte d’as Cortes, incrustada na parede norte de uma humilde casa particular, pode ver-se uma janela manuelina⁹⁹, em ruína. A ponte do Cavaleiro¹⁰⁰, assenta em quatro arcos que indicam o quanto o caudal podia variar naquele trecho do rio. Actualmente, dois dos seus arcos encontram-se assoreados.

⁹⁶ Os dados históricos foram retirados do livro *Em torno das Cortes* de Carlos Fernandes (2000).

⁹⁷ Este foi quase completamente destruído num incêndio que deflagrou em 1996. Reconstruído em 1999, mantém o fraseado inicial e, embora não sendo o original, é igualmente interessante.

⁹⁸ É uma construção modesta, dotada de um pequeno alpendre tipo *galilé*, mantendo o seu traçado original. É notável o enquadramento paisagístico que o miradouro desta capela constitui, mesmo após o devastador incêndio que devorou grande parte da serra.

⁹⁹ Será provavelmente proveniente da ermida da Sra. do Rosário (1576), que ficava ali muito próximo, e retirada aquando da sua demolição para dar lugar ao traçado actual da estrada.

¹⁰⁰ Esta ponte, a norte da freguesia e por isso próxima de Leiria, foi recentemente alterada com o alargamento da faixa de rodagem, mantendo-se na base o seu traçado original. Por sua vez, a ponte d’as Cortes, inicialmente de dois arcos e depois só de um, foi destruída nos anos 80 e substituída por vigas de betão sem qualquer preocupação *estética*, podendo apontar-se como exemplo de delapidação patrimonial.



Fig. 75 | Ponte do Lugar Fontes.



Fig. 76 | Vista da Ponte do Lugar Cortes.



Fig. 77 | Ruínas de antigas indústrias.



Fig. 78 | Edifício da moagem.

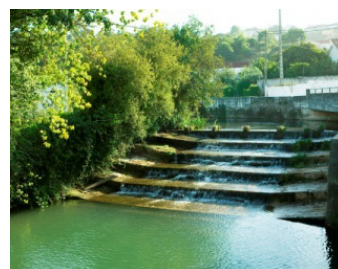


Fig. 79 | Açude da moagem.



Fig. 80 | “Terra da fábrica”.

A ponte d’as Fontes, de menor dimensão e cuja data também se desconhece, aparenta alguma antiguidade, até porque a localidade desenvolveu-se em ambas as margens com idêntica regularidade. Ainda fazendo parte do património construído contamos 16 fontanários que ofereciam água à sua população.

A indústria e a agricultura, como forças motrizes da sociedade antiga, disseminaram edificados pela freguesia, como a Moagem, de inícios do século passado que, sendo modernizada, foi majorada por pavilhões pouco atractivos, que em nada se inserem na entrada deste pequeno núcleo histórico burguês, o centro de Cortes, lugar e freguesia. Deste modo, uma nova entrada pela Quinta da Cerca torna-se prioritária, bem como uma intervenção na dita propriedade que se encontra expectante. Encontramos ainda, lagares, alambiques para destilação de vinho e aguardente; curtumes e cordoaria, na sua maioria desactivados e abandonados.

Na restante freguesia, e com o mesmo destino, são também várias as indústrias legadas. A título de exemplo, nas imediações do ribeiro do vale da Abadia, na chamada “Terra da Fábrica”, podem observar-se as ruínas de um lagar de azeite, com muitos dos apetrechos essenciais ainda à vista, e de mais seis indústrias. A *padieira* de uma das portas ostenta a data de 1796.

Do património arqueológico, assume relevância a Estação Paleolítica da Quinta do Cónego, descoberta em 1947. Apesar da sua importância, está desprotegida. De igual modo está a Estação Romana das Camarinhas, em Fontes, divulgada em 1992 como uma ocupação do Baixo-Império.

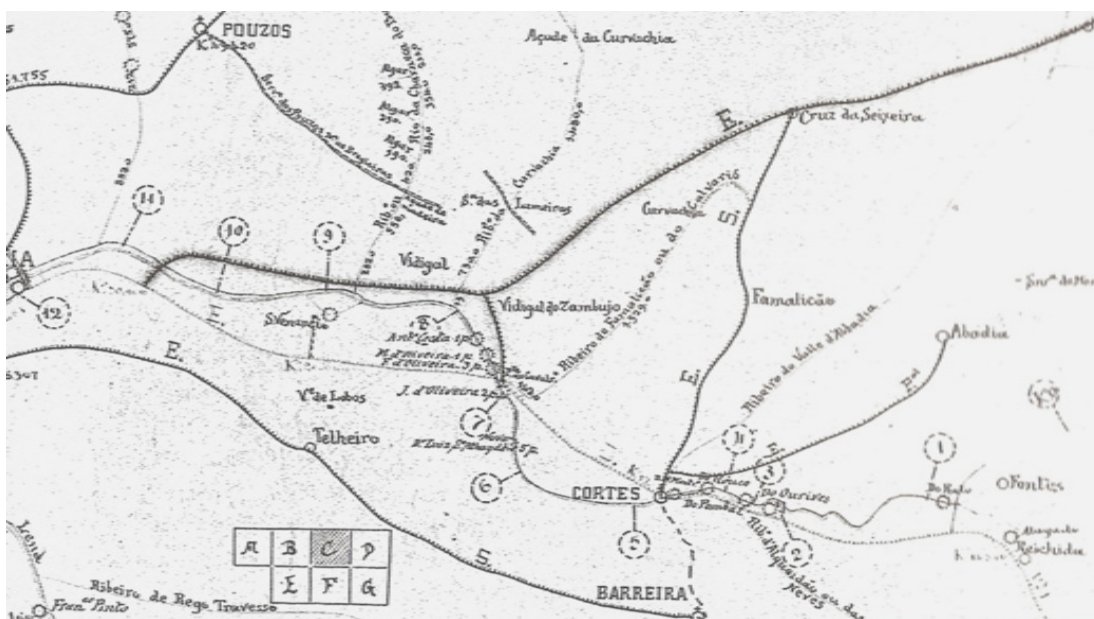


Fig. 81 | Planta da bacia do rio Lis de 1906, que indica os moinhos existentes ao longo dos cursos de água.



Fig. 82 | Nora d'as Cortes.



Fig. 83 | Envolvente ao Moinho do Rouco.



Fig. 84 | Moinho da Qt. do Freixo.

Noras e moinhos de água, na sua maioria de propriedade régia, há vestígios deles ao longo de todo o curso do rio, alguns ainda em actividade. Nove moinhos que já vêm, pelo menos, da Idade Média, e documentados a partir do séc. XIV, como se pode observar através da planta da bacia do rio Lis, de 1906, da responsabilidade de Roberto Charters. O mais conhecido é o Moinho do Rouco, com mais de 600 anos de história, de tipologia dos moinhos de rodízio mais frequentes no sul de Portugal (em zonas fortemente urbanizadas), e que até à década de 70 gerava corrente eléctrica suficiente para a iluminação pública da freguesia. Na sua paralisação foi recuperado como restaurante e local turístico de elevado enquadramento paisagístico.

Por toda a freguesia, são visíveis solares, na sua maioria de finais do século XIX. Só no lugar d'as Cortes encontramos o solar dos Costas (ou da Quinta da Cerca), o solar dos Charters de Azevedo, e o dos Charters de Almeida, o solar José Lopes Vieira e o solar Afonso Lopes Vieira e o solar Korrodi. Também outros edifícios como o antigo lagar de Afonso Lopes Vieira, hoje restaurante e turismo de habitação, e pano de fundo



Fig. 85 | Solar Korrodi.



Fig. 86 | Solar Afonso Lopes Vieira.



Fig. 87 | Solar Charters de Almeida.



Fig. 88 | Solar da Qt. do Freixo.



Fig. 89 | Solar da Qt. da Cerca.



Fig. 90 | Casa-Museu João Soares.

da nora d'as Cortes. Finalmente a *Vivenda Saudade* que é hoje a Casa-Museu João Soares. Nos restantes lugares são conhecidos o solar da Quinta de Santo António do Freixo, entre outros de menor importância.

Inventariados os solares, é de rever alguns deles. A arquitectura Korrodi presente no das Caves Vidigal é um edifício de 1918, “Romântico” pelo seu tempo, mas já “art nouveau”.

A actual sede da Junta de Freguesia é a antiga residência dos Charters de Almeida, de início do séc. XX, insere-se na linha de solares de beira-rio, com uma feição romântica discreta, que nada tinha a ver com a construção popular da época. De traçado semelhante é o solar Afonso Lopes Vieira, de meados do séc. XIX.

O solar dos Charters de Azevedo, do séc. XVIII, integrava celeiros, adegas e lagares, constituindo uma das peças fundamentais da encosta poente sobre o rio Lis. O solar José Lopes Vieira, também do séc. XVIII, é um exemplo característico da arquitectura de seu tempo: lagares e adegas, pátios interiores com jardins e a eira, são elementos característicos do modelo de casa a preservar.

Por último, a *Vivenda Saudade* que, por doação à Fundação Mário Soares, foi transformada num Centro Cultural, a Casa-Museu João Soares. Transformado em museu de história contemporânea, o edifício foi adaptado pela arquitecta italiana Daniela Ermano, sendo o jardim que desce pela vertente sul da responsabilidade do arquitecto Ribeiro Telles. Mário Soares tem manifestado o desejo que a Casa-Museu seja um palco privilegiado de realizações culturais e pedagógicas, susceptível de transformar o próprio espaço num museu vivo que possa ser aproveitado pelas escolas, instituições de ensino superior e outras de cariz cultural.

Privilégio de Cortes é o seu património natural¹⁰¹, em particular, as nascentes do rio Lis e alguns troços do seu percurso, embora subaproveitado e esquecido. Também trechos serranos que o envolvem e respectivos miradouros, nomeadamente os da Sra. do Monte que se distinguem pelo seu interesse paisagístico e ecológico, compreendendo as mais elevadas cotas do concelho e a nascente do Lis na zona baixa. O local é convidativo, sobretudo, quando se dá o rebenamento das águas. No verão, as nascentes baixam e o caudal diminui drasticamente, razão por que se açuda o rio e se faz das albufeiras, zonas de banhos, em particular, no pego d'as Fontes e junto à ponte d'as Cortes.



Fig. 91 | Nascente do rio Lis no Inverno.



Fig. 92 | Nascente do rio Lis seca.



Fig. 93 | Vista de uma pequena nascente anteriormente livre...



Fig. 94 | ...agora bloqueada por um muro.



Fig. 95 | Vista para a Sra. do Monte.



Fig. 96 | Ocupação urbana da paisagem.

¹⁰¹ Apesar da ocupação urbana desordenada e descaracterizadora, a freguesia de Cortes detém ainda uma área considerável de zona verde essencialmente ecológica (REN) na zona montanhosa, à espera de reflorestação, e agrícola na zona do vale (RAN). Estas áreas de reserva são riquíssimas em exemplares da fauna e flora regional mas que, depois dos trágicos incêndios, reduziram drasticamente.

O RIO COMO PAISAGEM

A água, a sua gestão e utilização constituem realidades complexas mas determinantes para a sustentabilidade local e global. É, simultaneamente, uma componente ambiental essencial para a preservação dos ecossistemas, e um recurso de elevado valor económico e de relevância social.

À escala global, o problema das alterações climáticas e das suas potenciais incidências sobre o ciclo hidrológico evidencia-se como sendo o mais relevante. À escala regional, destacam-se os problemas de gestão da água no quadro das bacias hidrográficas. Por fim, à escala local, sobressai a temática da água no espaço urbano.

Desde os primórdios da humanidade que existe uma relação de amor/ódio entre as massas de água e as povoações. Pois, se por um lado, a água constitui um elemento fundamental na génese de muitas cidades, possibilitado pela abundante fonte de alimento, mobilidade ou mesmo pelas questões defensivas; por outro estabelece um movimento de repulsa originado pelos diversos factores naturais inesperados, causando terrenos algo indesejáveis, quer para habitar, quer para a produção agrícola.

Dadas estas circunstâncias, os terrenos banhados foram propícios a estruturas defensivas, em épocas mais remotas, e zonas industriais, de armazenamento, em épocas mais recentes. Efectivamente, com excepção das zonas de recreio, as frentes de água foram destinadas quase, em exclusivo, a programas que, pelas suas características funcionais, privavam as pessoas de usufruir, ou mesmo de se relacionarem com a água, colocando também a cidade “*de costas voltadas para a água*” (Ferreira e Indovina, 1999: 10). No entanto, as frentes de água fornecem-nos oportunidades de redefinir fronteiras, consolidar “vazios” e de criar um novo imaginário urbano.

Os cursos de água têm uma função extremamente importante na paisagem. Existem sistemas ribeirinhos completamente alterados, artificializados, que apenas realizam funções hidráulicas garantindo, simultaneamente, alguma promiscuidade entre o Natural e o Construído. Os ecossistemas têm uma grande capacidade de recuperação e tendem sempre para um determinado estado de equilíbrio após uma alteração, transformando-se de forma a absorver essa mudança, quer seja provocada por factores naturais, quer culturais.

Um rio sinuoso como o Lis apresenta vantagens como: a diminuição da velocidade do escoamento; a melhoria da qualidade dos solos; maior diversidade de ecossistemas ribeirinhos. No entanto, a formação de meandros facilita o processo de assoreamento do leito, com repercussões económicas e sociais de amplitude considerável. Os relatos de inícios do séc. XX apresentam o Lis como um rio bucólico, sereno, pleno de azenhas e açudes, correndo por entre vinhas e pomares e humedecendo férteis vales. Relatos que não mais correspondem à realidade rural actual associada a este rio. Este viu partes do seu corredor serem invadidas por lixos, e

engolidas pela construção anárquica e industrial, sem qualquer regra ou fio condutor ligado ao mais elementar conhecimento biofísico do território, ou ligado, sequer, a uma ténue mas legítima ambição de qualidade de vida.

Importa revelar que a requalificação física do rio Lis é tão importante quanto a dimensão vivencial que ele possa potenciar, não apenas nos centros urbanos, mas também nos núcleos rurais e periurbanos, como Cortes, contribuindo para o reforço e valorização de sentimentos de identificação da comunidade residente, com o seu lugar.

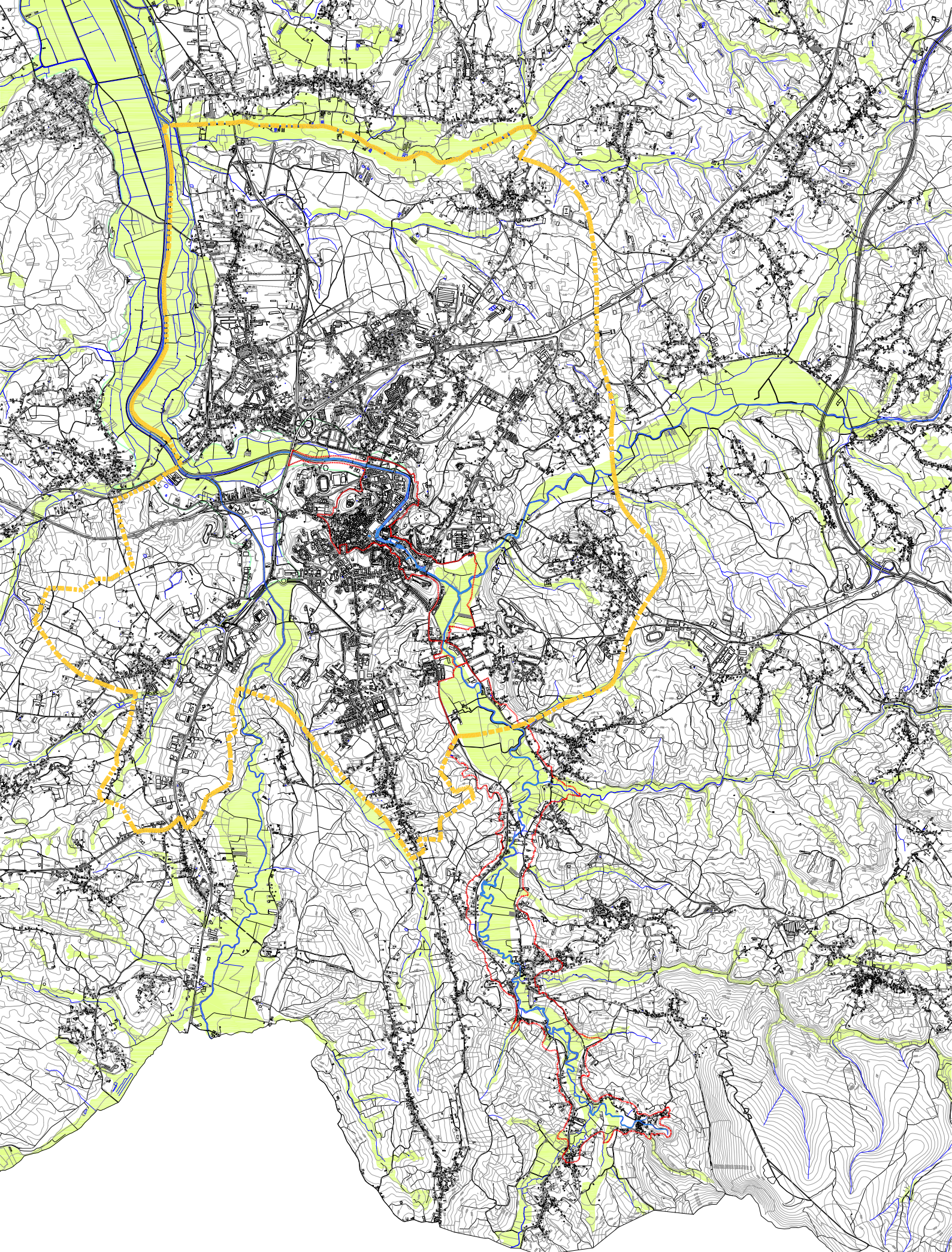
Existe uma consciência crescente por parte da sociedade e das autoridades, de que é necessário proteger o recurso natural mais importante e comum da região. Neste contexto, todo o vale onde se desenrola esta proposta é abrangido pela RAN e REN. Com a desvalorização da agricultura, o resultado foi o abandono destes espaços à regeneração natural. Mas impor ao abandono grandes trechos de paisagem, não é solução. Os espaços silvestres também necessitam de intervenção.

A interdição de construir em zonas de “máxima infiltração” nem sempre é aceitável. A identificação de condicionamentos ao uso do solo necessita de uma análise caso a caso num contexto de desenvolvimento sustentável do território. As questões urbanísticas devem resolver-se com outros critérios que não os da REN.

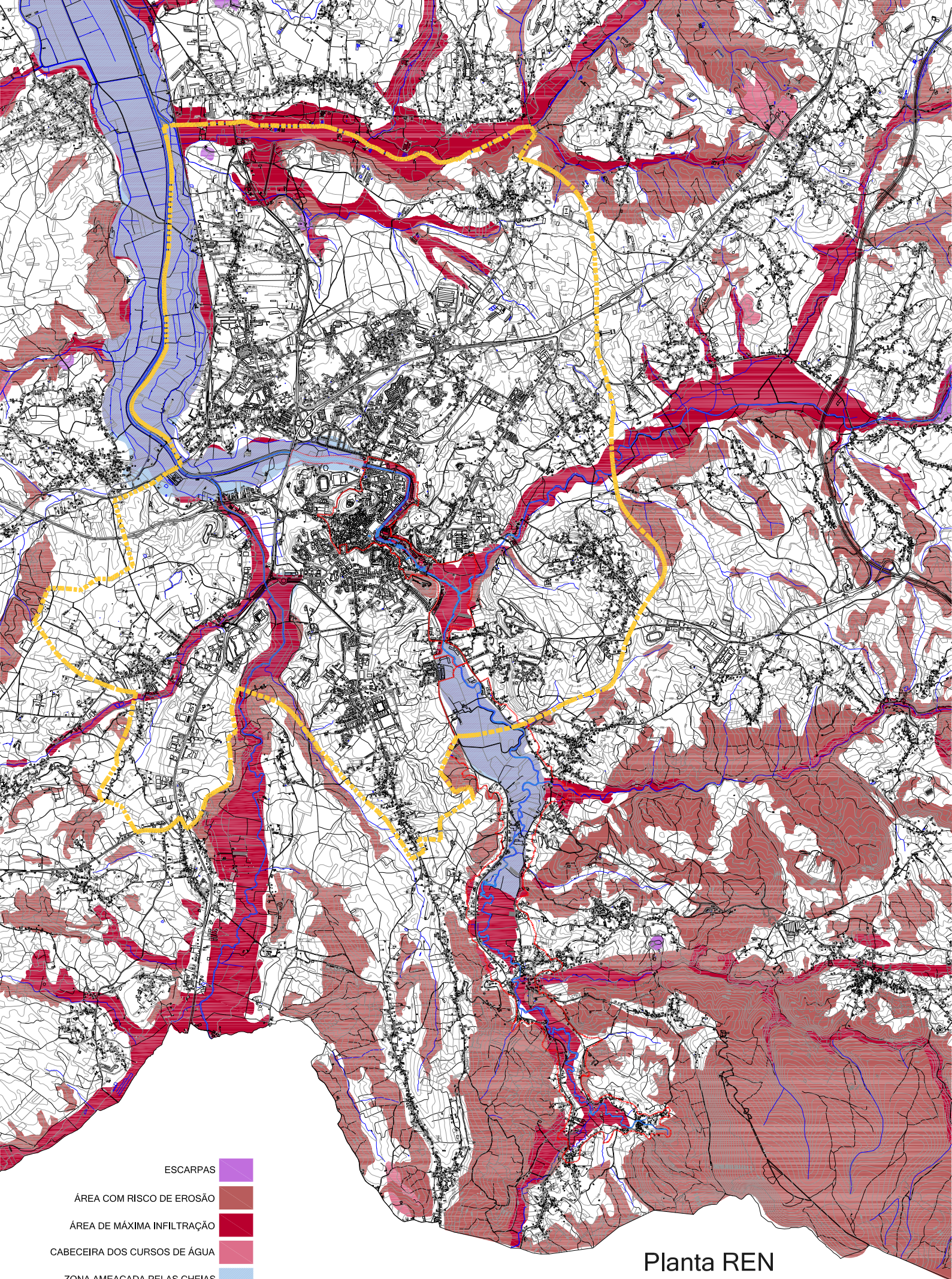
Mais do que a RAN, o caso da REN é paradigmático: uma figura criada com o grande objectivo de “(...) possibilitar a exploração dos recursos e a utilização do território com salvaguarda de determinadas funções e potencialidades, de que dependem o equilíbrio ecológico e a estrutura biofísica das regiões, bem como a permanência de muitos dos seus valores económicos, sociais e culturais” (DL 93/90, 19 de Março)¹⁰², acabou por se transformar, alteração após alteração, num mecanismo exclusivo de restrições, no qual deixou de estar em causa a ausência de regras e condições para a exploração dos recursos, para passar à total proibição com vista à exploração e aproveitamento dos mesmos.

Mesmo assim, a REN constitui um instrumento importante para o ordenamento do território. No entanto, a sua excessiva rigidez leva a que seja vista como impedimento ao desenvolvimento de Cortes. A revisão da legislação relativa a esta figura regulamentar, flexibilizando-a e criando condições para a sua compatibilização com usos e actividades que não afectem os recursos e processos naturais e ecológicos que se pretendem salvaguardar, surge assim como uma prioridade, no âmbito deste plano estratégico. Nunes Correia (2006: 3) declara que “Foi identificado um conjunto de usos e acções, nos domínios das actividades agrícola e florestal, turísticas, de recreio e lazer, de implantação de infra-estruturas, entre outras, que em certa dimensão ou grau, se considera poderem ser compatíveis com a capacidade de carga de alguns tipos de áreas integradas na REN, e que poderão ser autorizados”. “Deste modo se pretende concretizar a necessária complementaridade entre a protecção do equilíbrio ecológico e o desenvolvimento dos territórios rurais” (Ibidem: 4).

¹⁰² Disponível em http://www.oasrn.org/pdf_upload/decretolei_93_90.pdf.



Planta RAN
ESCALA 1:50 000



ESCARPAS



ÁREA COM RISCO DE EROSÃO



ÁREA DE MÁXIMA INFILTRAÇÃO



CABECEIRA DOS CURSOS DE ÁGUA



ZONA AMEAÇADA PELAS CHEIAS



Planta REN

ESCALA 1:50 000

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS

Partindo da abordagem pioneira de Kevin Lynch (1982) sobre a noção de *legibilidade* e *imaginabilidade* na leitura da cidade ou do lugar, fruto da percepção dos seus habitantes e não de algo em si mesmo, esta análise procura evidenciar a relação indissociável entre os espaços e os sujeitos. Desta forma, “(...) *os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as actividades são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis*” (Lynch, 1982: 11).

Em Cortes são diversas as associações e instituições presentes, sendo a mais conhecida, e de cariz museológico, a Casa-Museu João Soares, extensão Mário Soares, com sede em Lisboa. Presentes em todos os lugares da freguesia são as associações culturais e recreativas, parcas em recursos, mas com estima e vigor na promoção da sua terra. O veículo de disseminação de informação local é o *Jornal d'as Cortes*, que desde 1987 divulga notícias, actividades, tradição e a cultura da freguesia.

Importa igualmente referir a ASSISTE – Associação de Solidariedade Social d'as Cortes que, levando mais além a sua missão ao assistir no domicílio dezenas de associados com carências de ordem diversa, fornece alimentação, higiene pessoal e salubridade nas residências. O espaço que seria provisório em 1997 na casa paroquial, arrastou-se até hoje, dificultando a logística no desenvolvimento das suas acções. Encontram-se, no entanto, já em fase de conclusão as novas instalações que albergarão também, num futuro breve, um Centro de Dia e Convívio de idosos.

Em 1998, realizaram-se umas jornadas de reflexão sobre o futuro de Cortes. Iniciativa da Casa-Museu João Soares e, contando com a generalidade das instituições e colectividades locais, debateram-se as áreas da educação, economia, desporto, lazer, e com maior rigor, a realidade sociocultural da freguesia. Destas jornadas resultou um caderno de encargos que definia as linhas mestras para um desenvolvimento estratégico e sustentado da freguesia: “*Cooperar, congregar e dinamizar iniciativas, será a principal função da futura Associação, que em conjugação de esforços acrescidos com todos os organismos locais e em estreita colaboração com a Junta de Freguesia, pode vir a proporcionar os meios humanos, materiais e financeiros indispensáveis para a concretização das necessárias infra-estruturas*” (Silva, 2007b: 228).

O grande objectivo era elaborar um plano piloto que integrasse todas as áreas implicadas no planeamento, usando para tal os diferentes níveis de planos e instrumentos de gestão, cabendo ao Município e à Junta de Freguesia a sua liderança técnica e de gestão. O plano também previa a integração de todos os agentes interessados na requalificação territorial, urbana, económica, cultural e social do território e da rede de aglomerados de Cortes e, “(...) *para as áreas de acções de âmbito mais alargado que não apenas a Freguesia das Cortes, podendo estender-se às freguesias vizinhas do Arrabal, da Barreira, e outras limítrofes do concelho da Batalha, uma vez que a criação de pólos industriais, a reconversão do sector agrícola ou a possível criação de uma rota de vinhos, criação de marcas próprias*

para produtos agrícolas da região, entre as muitas acções de cariz económico, social e cultural, poderão ser iniciativas tripartidas a desenvolver” (Silva, 2007b: 229). E ainda, “(...) *este plano piloto, participado, terá de utilizar uma metodologia que lhe permita, a par das grandes definições estratégicas e das realizações no médio e longo prazos, actuar de forma prepositiva e em tempo real*” (Fernandes, 2007: 218).

Em 2000 constituiu-se a AdeCortes - Associação para o Desenvolvimento d’as Cortes, “(...) *para o estudo, defesa e promoção do desenvolvimento económico, social e cultural da freguesia*”, com o objectivo essencial de tornar realidade as considerações definidas pelas “Jornadas 98 – Cortes que Futuro?” pois, “(...) *se não acompanhadas, correm o risco de ser esquecidas, independentemente da boa vontade actual dos poderes administrativos do concelho e da freguesia*” (Fernandes, 2007: 218). Para a concretização dos seus objectivos, a AdeCortes desenvolveu acções diversas envolvendo a população no estabelecimento de políticas locais e regionais, dinamizando actividades de natureza formativa, cultural, desportiva e recreativa. A AdeCortes criou projectos que se remetiam à defesa da imagem da freguesia, do ambiente e do património arquitectónico e cultural promovendo a cooperação de todos os organismos e forças vivas locais na organização territorial de Cortes. Alguns projectos foram colocados em prática mas a maioria dos objectivos definidos não passaram do papel.

Esta Associação teve o seu momento máximo em 2003, quando se candidatou, em parceria com a Associação Fernão Mendes Pinto de Montemor-o-Velho, ao Programa Operacional *Emprego, Formação e Desenvolvimento Social*, na vertente específica de *Apoio ao Desenvolvimento Social e Comunitário*. Este projecto foi, sem dúvida, o maior alguma vez realizado na freguesia, e tendo sido recusado, a AdeCortes e as suas iniciativas foram praticamente suspensas, deixando desde então de cumprir os propósitos para que fora instituída. Passado este período adormecido, a AdeCortes pretende iniciar um novo período, já em curso durante este ano, promovendo colóquios nos quais tenho participado para melhor compreender as necessidades da freguesia.

No terceiro milénio e numa democracia adulta, ninguém pode ficar alheio ao seu futuro sob pena de ser, individual e colectivamente, responsável pelo seu fracasso. Futuro que deverá resultar da leitura do lugar em si mesmo e de todos aqueles que participam nele.

No conceito adoptado por Kevin Lynch (1982), a identidade local resulta justamente da construção das (re)significações que se fazem a partir das apropriações do espaço vivido. Assim, “(...) *uma cidade legível será aquela em que as freguesias, as fias ou os sinais de delimitação são facilmente identificáveis e passíveis de agrupamento em estruturas globais*” (Lynch, 1982: 13), proporcionando segurança emocional e harmonia uma vez que “(...) *intensifica a profundidade e a intensidade da experiência humana*” (Ibidem: 15).

O reforço do movimento associativo e cívico ao nível das comunidades locais, concretizado com a emergência e/ou desenvolvimento de instituições e colectividades, tem-se afirmado como um elemento dinamizador das comunidades locais. O seu papel é ainda fundamental na optimização de sinergias entre forças e capacidades locais com meios exógenos, investimentos privados ou créditos públicos.

Na freguesia de Cortes identificaram-se, em sede de diagnóstico 12 associações/colectividades sedeadas na freguesia, constituindo-se, aquelas, mais como espaços de convívio, de recreação, de cultura, de pertença, do que de verdadeira intervenção social.

No contexto de globalização e massificação em que vivemos, a competitividade e sobrevivência das comunidades radica, cada vez mais, na gestão qualificada dos seus recursos locais, na capacidade criativa e empreendedora das suas gentes e na activação de planos de desenvolvimento que permitam evidenciar a pequena escala e a especificidade dos territórios em complementaridade com as tendências globais. Ora, a este nível tem-se observado um claro *deficit* formativo e informativo dos agentes e actores locais da freguesia. Esta falta de informação traduz-se na escassez de iniciativas de fundo e, conseqüentemente, numa série de oportunidades perdidas.

DIAGNÓSTICO: UMA FREGUESIA ADIADA

A análise do posicionamento da cidade de Leiria na região, bem como dos seus atributos urbanísticos e socioeconómicos, permite identificar um conjunto de aspectos que importa ter em consideração na avaliação das potencialidades e constrangimentos do contexto periurbano, em matéria de implantação de empreendimentos lúdicos de influência regional. Entre os que se consideram ser mais relevantes contam-se os seguintes:

_ Importância económica e demográfica da região polarizada pela cidade de Leiria, que possui cerca de 300 mil habitantes, diversidade de actividades económicas na indústria e serviços, dinamismo empresarial e potencialidades a desenvolver no domínio do turismo e lazer.

_ Nível de urbanização difusa elevado, o que acarreta maiores investimentos de infra-estruturas que qualifiquem o território concelhio e promovam a sua sustentabilidade. Medidas que se esperam ver nos instrumentos urbanísticos e de ordenamento do território em vias de conclusão/aprovação.

Apesar de todos os pergaminhos de Cortes e da sua excelente localização, fica cada vez mais claro que esta comunidade não foi capaz de resistir às mudanças e aos novos desafios que o progresso e o tempo, de forma implacável e irreduzível, lhe impuseram. A atracção da cidade e a concentração dos investimentos na sede de concelho, a periodização do turismo súbito e promissor, a terciarização, a desagregação

das famílias tradicionais, a crise do sector agrícola e o alheamento dos poderes local, regional e nacional, acabaram por condenar Cortes a viver várias décadas de letargia e a não espreitar quaisquer oportunidades de desenvolvimento ou alteração do destino promissor que parecia estar-lhe traçado.

São sabidas as dificuldades que as zonas rurais e periurbanas tendem a sofrer com o abandono dos jovens, quer devido à pouca capacidade de atracção de investimentos nos sectores secundário e terciário, quer pela escassez de infra-estruturas. Ou seja, as actuais condições de vida e de trabalho em Cortes não estimulam a população jovem a fixar-se. A falta de oportunidades profissionais constitui um factor essencial para as pendularidades diárias Cortes - Leiria.

Ao nível dos serviços sociais, nomeadamente equipamentos de saúde, de educação (que ocupem as crianças fora do período escolar), de apoio à terceira idade, de convívio e lazer, são insuficientes já que se concentram maioritariamente na cidade centro.

A freguesia de Cortes, situada no limite do perímetro urbano de Leiria, ainda que permaneça predominantemente rural na sua paisagem, depara-se progressivamente com a erosão da sua identidade histórica, social, cultural e patrimonial. Em Cortes identifica-se o rio Lis e suas nascentes como elemento distintivo da freguesia e, numa viagem ao longo das suas margens, encontramos elementos caracterizadores da sua idiossincrasia. Observam-se, também, os “atentados” ao património natural, a degradação do património arquitectónico, a poluição evidente e o desconhecimento face à história e tradições locais.

Acresce aqui, também, a urgência na preparação da freguesia para a resposta às novas procuras em matéria de infra-estruturas, equipamentos de lazer, formas de organização e prestação de serviços. E, ainda, a necessidade premente de fixação de novos saberes e competências. A inovação é uma condição determinante para a rentabilização dos recursos identificados, isto é, para um planeamento estratégico.

A ideia de gestão estratégica reflecte-se num projecto global de desenvolvimento para o território a longo prazo, suficientemente ambicioso e exigente, que permita não só superar as limitações diagnosticadas, mas também antecipar e promover mudanças estruturantes. Para isso, o processo exige um levantamento exaustivo de informação sobre o território (multi-sectorial), que seja esclarecedor sobre os principais problemas que o afectam e seus motivos, bem como acerca das suas potencialidades de desenvolvimento. Esse diagnóstico centra-se numa análise aos factores internos e externos, conhecido usualmente por *análise SWOT*, ou seja, as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que se deparam à evolução do território.

Análise SWOT: Pontos fortes/Oportunidades _ Pontos fracos/Ameaças

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contígua ao perímetro urbano de Leiria; ▪ Rica em recursos naturais, nomeadamente o rio Lis e as suas nascentes; ▪ Sra. do Monte rica em fauna e flora; ▪ Qualidade ambiental e enquadramento paisagístico; ▪ Diversidade e biodiversidade na paisagem; ▪ Património histórico-cultural; ▪ Património construído de interesse municipal – arquitectura solarenga, popular e agrícola/rural; ▪ Gastronomia divulgada regionalmente; ▪ Potencialidades a desenvolver no domínio do turismo integrado; ▪ Existência de diversas colectividades e associações culturais, recreativas e desportivas; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PDM pouco coerente; ▪ Abandono dos jovens; ▪ População envelhecida; ▪ Ausência de alternativas locais de emprego que promovam a fixação e o desenvolvimento; ▪ Défice formativo e informativo dos actores e agentes locais; ▪ Falta de sensibilidade da população para questões ambientais e para com o rio Lis; ▪ Habitação dispersa e desenquadrada; ▪ Espaços públicos degradados ou inexistentes; ▪ Carência de serviços sociais e de infra-estruturas em geral; ▪ Insuficiência de equipamentos de saúde, educação, apoio à terceira idade, convívio e lazer; ▪ Ausência de políticas de planeamento; ▪ Situação económica das edilidades escassa; ▪ Fraca divulgação turística ▪ Degradação avançada do património construído relevante;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento generalizado da procura ao turismo rural, cultural, ecoturismo; ▪ Falta de oferta no concelho ao mercado do turismo rural, cultural, de habitação e ecoturismo; ▪ Criação de rotas temáticas e percursos pedestres; ▪ (Re)dinamização da agricultura nos terrenos férteis; ▪ Condições excelentes à prática desportiva, de ócio e lazer; ▪ Património edificado por reconstruir com possibilidades para novos usos; ▪ Inserida entre Leiria e Batalha e muito próxima de Fátima e Porto de Mós; ▪ Crescimento económico e demográfico da região polarizada pela cidade de Leiria; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concorrência das freguesias limítrofes melhor infra-estruturadas; ▪ Pendularidades Leiria – Cortes, ou seja, trabalho – casa; ▪ Desvalorização e abandono agrícola; ▪ Urbanização do modo de vida rural; ▪ Perda de identidade e esquecimento das tradições; ▪ Degradação da paisagem; ▪ Escassez de iniciativas comunitárias de fundo – clara desmotivação; ▪ Inércia da população face às dificuldades sentidas;

Determinar as *forças e oportunidades* e compará-las com as *ameaças e fraquezas* perspectiva o eventual sucesso da intervenção proposta no âmbito de um Planeamento Estratégico para as margens periurbanas do Lis.

De um modo geral, as oportunidades configuram uma favorável possibilidade para um território afirmar uma vantagem competitiva; as ameaças assumem-se como um desafio colocado por uma turbulência externa desfavorável, que poderá debilitar a sua situação. Por outro lado, as forças e as fraquezas são factores intrínsecos ao território que é necessário potenciar, no caso das primeiras e de corrigir, no caso das últimas, através de medidas adequadas e de sinergias locais.

Atendendo ao quadro atrás apresentado, verifica-se um predomínio das *fraquezas* sobre as *forças* presentes na freguesia. Mas, igualmente visível, é o maior número de oportunidades faces às ameaças, fazendo encarar com optimismo o sucesso.

Assim, a *fraqueza* população envelhecida associada à migração dos jovens para as cidades retira parte do efeito moralizador que uma intervenção desta dimensão acarreta. Mas, tendo em conta que parte das intenções desta proposta de intervenção passam por captar uma nova faixa etária de população (seja ela residente, investidora ou consumidora do espaço rural), com a criação de novos postos de trabalho e uma qualidade de vida acrescida, esta fraqueza poderá ser colmatada.

De referir que o objectivo não é captar mais “segundas residências” ou população para em Cortes apenas residir, mas sim indivíduos que aqui queiram trabalhar, investir ou consumir, ou seja, o objectivo não é continuar com o planeamento difuso e a conseqüente degradação da paisagem mas, pelo contrário, é (re)ordenar, dar sentido aos fragmentos periurbanos dispersos pelo território e “cosê-los”, uni-los através de um fio condutor – o rio. É, portanto, promover a sustentabilidade deste território e a conservação da paisagem, sem que por isso ela seja abandonada.

Para tal, é premente a entrada do novo PDM, mais sensato, que conjugue as necessidades sociais com o património natural, que não constitua uma limitação como erradamente se observava, mas seja antes fonte de incentivos para a continuidade de um passado identitário, fomentando o correcto desenvolvimento esperado para Cortes e para a região onde se insere. O PDM terá então de prever uma zona industrial numa simbiose mais equilibrada entre os vários usos do solo, sem prejuízo do necessário crescimento económico. Igualmente, espera-se do novo PDM, uma reversão na desertificação progressiva que vem desde há anos a marcar a freguesia, em virtude da não existência de zonas urbanizáveis em zonas já urbanizadas e, ironicamente, a possibilidade de construção em zonas mais isoladas. Mas apesar das restrições impostas pelo PDM, o mesmo não tem sido capaz de impor um modelo de sustentabilidade neste território. De facto, apesar da alegada intenção de promover a requalificação desta zona, *tudo continua por fazer*.

Mas a *força* dos recursos naturais e culturais da zona de intervenção apresenta-se como factor impulsor do seu desenvolvimento e atractividade, para quem venha a escolher Cortes como espaço de oportunidades apostando, sobretudo, na diversificação económica e na valorização ambiental.

Cortes, outrora núcleo rural de cariz profundamente agrícola, fortemente ligado à produção de vinho e azeite, encontra-se hoje numa encruzilhada de caminhos: já não é agrícola, mas também não é urbano, mas os recursos naturais apesar de tudo existem. E dado que o território da zona de intervenção se caracteriza também pelo desenvolvimento da actividade agrícola, é importante ter presente esta realidade ao traçar uma estratégia, de forma a promover a dinamização deste vale fértil e suas encostas.

As áreas frutícolas e vitivinícolas, com potencialidades desperdiçadas, são uma oportunidade. A zona goza de uma adequada exposição solar, e terras com capacidade de produção agrícola que urge aproveitar. Terrenos emparcelados ou sociedades de produção permitem uma maior eficiência, melhorando a qualidade dos vinhos e frutas, que associada à institucionalização da imagem de marca e ao planeamento e organização de circuitos de comercialização directamente ao consumidor, trariam outras mais-valias acrescidas. O vinho de região demarcada – “Encostas d’Aire” – convida à produção de castas, bem como à divulgação de Cortes.

Outra grande oportunidade é o Turismo, Rural, Cultural, de Habitação, Ecoturismo, que é de facto uma boa aposta para o futuro deste território ao articulá-lo com outras actividades económicas como a agricultura. Também a caça e a pesca desportiva, ainda praticadas na região, podem ser fomentadas como forma de diversificação das actividades de lazer.

Largamente já referido, o rio oferece grande potencial. Nos cerca de 6 km que atravessa Cortes desde a sua nascente, o rio fornece paisagens e momentos singulares e, incompreensivelmente é porventura o mais esquecido pelas entidades oficiais e população em geral. Com as margens do rio requalificadas em percursos e parques temáticos à semelhança do Polis, os açudes como zonas balneares devidamente infra-estruturadas, entre outras tantas possibilidades de projecto, Cortes seria de facto um sítio privilegiado para se investir, e certamente os velhos casarios teriam, igualmente, potencialidades de reabilitação exemplar.

Quanto às *Ameaças*, que poderão surgir a esta intervenção, podemos começar com a tendência para a inércia por parte da população, a não reacção perante as dificuldades cada vez mais frequentes, claro sinal de falta de motivação. A importância desta ameaça é ainda mais significativa quando as freguesias limítrofes, aparentemente com menos potencialidades se têm desenvolvido e/ou captado “novos” habitantes, em virtude de oferecerem melhores condições de vida. Esta situação irá agravar ainda mais a degradação de Cortes, e levará a que mais investidores procurem outras zonas.

A partir do diagnóstico foram detectadas as especificidades e capacidades competitivas da freguesia. A *ameaça* da descaracterização é real e a inversão deste ciclo assenta na capacidade dos agentes locais sublinharem a importância do seu ambiente (geográfico, patrimonial, social e cultural), tornando-o num elemento distintivo e

valorizador do seu território, assegurando ao mesmo tempo a preservação e a renovação dos recursos naturais e patrimoniais e a melhoria das condições de vida dos seus habitantes. Mas para isso têm de continuar a existir mediadores qualificados, actores e agentes institucionais que saibam interpretar as forças e fraquezas, oportunidades e ameaças do lado mais desfavorecido e facilitar a iniciativa informada para dar sustentabilidade à interacção e continuidade ao processo de integração.

Em síntese, é uma freguesia com bastantes fragilidades, mas com uma janela de oportunidades: Tradição, Inovação, Património e Paisagem são as matérias-primas a partir das quais se construiu este plano estratégico.

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DA INTERVENÇÃO

“O objectivo do desenho e, por extensão, do urbanismo não será apenas organizar o território para acolher actividades, mas também actuar na forma para que exista comunicação, estética e significação” (Lamas, 2000: 61). O desenho desta proposta consiste ainda no potenciar do recurso mais importante do concelho de Leiria - o rio Lis – um elemento de grande carga simbólica, histórica e paisagística, factor de identificação.

O objectivo principal desta intervenção é valorizar o Lis através da sua recuperação e de um conjunto de projectos estruturantes sobre as suas margens periurbanas, realçando o papel do rio como eixo central e estratégico de dinamização, um fio condutor que vise o desenvolvimento sustentável de toda a região. Trata-se de despertar novas utilizações da paisagem e do ambiente natural e rural, numa perspectiva de sustentabilidade.

Deste modo, será estabelecido um percurso contínuo e único, visando menores custos, qualificado e equipado que permita percorrer todo o rio de uma maneira confortável, dando primazia aos circuitos pedonais e cicláveis como forma de permitir desfrutar devidamente dos motivos de interesse cénicos, patrimoniais e ambientais que se encontram sequencialmente ao longo deste traçado e da sua envolvente paisagística.

O percurso proposto é uma estrutura cultural de grande interesse e com grande potencial turístico, representando por si só um motor para o desenvolvimento da região. A sua concretização permitirá a criação de postos de trabalho e o fomento de riqueza pelos locais por onde passa, nomeadamente com a criação de infra-estruturas e equipamentos de apoio a actividades desportivas de lazer e recreio, valorizando terrenos e dando-lhes a possibilidade de outros usos que não o pousio.

A necessidade de apostar no turismo tem como objectivos o planeamento e desenvolvimento periurbano, bem como a preservação, conservação e valorização dos recursos naturais e do património rural, que neste caso concreto se aplica à freguesia de Cortes, mas também às que lhe são contíguas como a Barreira, Pousos, Arrabal e Leiria e, já na Batalha, o Reguengo do Fetal.

Um pouco semelhante ao Programa Polis, esta intervenção de carácter urbanístico e ambiental é o seu prolongamento até á nascente do Lis e, por isso, também tem como objectivo aumentar a atractividade da freguesia de Cortes e, conseqüentemente, a competitividade do concelho e da região no Sistema Urbano Nacional.

Ao longo do rio destacam-se penínsulas, pegos e passagens que articulam o rio com os lugares adquirindo, enquanto elementos reveladores da identidade do sítio, um significado lúdico e de excepção. Atravessando diferentes unidades de paisagem e lugares, o percurso ciclo-pedonal proposto, desde a extremidade sul do Polis até á nascente do Lis, corresponde à estruturação cultural do território, um espelho da região. Neste sentido, propõe-se um novo olhar, uma nova leitura sobre a paisagem.

Urge implementar um programa de reabilitação do património que permita um rejuvenescimento dos lugares, das referências identitárias e da imagem de toda a freguesia, consolidando ao mesmo tempo o parque habitacional, e aproveitando os recursos existentes sem provocar a dispersão de novas construções, muitas vezes com reflexos negativos nas paisagens. Para a valorização deste “sistema de lugares” (articulados entre si através do seu fio condutor – o rio), parece imprescindível considerar o seu duplo carácter de edificações e espaços livres.

A zona de intervenção reúne variados conjuntos de engenhos de água - moinhos e noras - e outros pequenos equipamentos como adegas e lagares, que se encontram em “óptimas condições” para serem recuperados, constituindo um património rural que, adaptados a novos usos e valorizados na sua componente lúdica e pedagógica, constituem um contributo para a promoção da freguesia e da própria cidade, e que por *efeito de dominó* ajudará à recuperação do restante património edificado.

A melhoria dos acessos e das entradas para os lugares principais, o reordenamento urbanístico e paisagístico, são pontos essenciais a considerar, assim como exigir um melhor enquadramento nas soluções arquitectónicas das novas construções que, não rompendo com o passado criem um novo património. É necessário jardinar os locais públicos, entre os quais um grande espaço no centro da freguesia (Quinta da Cerca), assim como limpar, reflorestar e sinalizar percursos pedestres na Sra. do Monte devastada por incêndios sucessivos.

Uma intervenção desta dimensão visa, em última instância e como objectivo geral, melhorar a qualidade de vida das populações rurais e periurbanas que participam nesta operação, mas também, e em grande parte, para usufruto das populações urbanas.

2.3 | CARACTERIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO

OS GRANDES EIXOS DA INTERVENÇÃO

O desenvolvimento sustentável da zona de intervenção assenta na criação e consolidação de actividades (agrícolas, florestais, turístico-culturais, desportivas, de lazer, etc.) economicamente competitivas, ambientalmente equilibradas e socialmente atractivas. Deste modo, e segundo o PNDR 2007-2013, pretende-se promover um território sustentável dentro da sua tripla valência: económica, social e ambiental. Assim, propõe-se identificar princípios orientadores que deverão presidir às diversas áreas de actuação. As grandes linhas de intervenção são assim identificadas:

AMBIENTE: GESTOR DE RECURSOS E TERRITÓRIO

Através do tratamento das margens do Lis, preparando-as para a fruição do rio pela população, optimizando a utilização do recurso natural água. Para além dos actuais usos menos nobres, a zona apresenta sinais claros de degradação, tornando-se urgente a sua recuperação.

Também, o reordenamento dos espaços florestais, nomeadamente a Sr.^a do Monte bastante fustigada por incêndios e devotada ao abandono, numa perspectiva de melhoria do ambiente, do enquadramento paisagístico e, sobretudo, de gestão integrada do território.

E ainda, a divulgação de práticas agrícolas sustentáveis que recorram a iniciativas económicas para a gestão dos recursos naturais (ex: agricultura biológica), bem como a divulgação das características ambientais da zona, através de folhetos informativos e percursos pedestres, sensibilizando as populações para a preservação da Natureza e da Paisagem.

SOCIEDADE: INTEGRADORA DE ACTIVIDADES E RENDIMENTOS

Os numerosos espaços verdes propostos constituirão, só por si, um convite à população, urbana e rural, para a sua utilização informal e descontraída, tão procurada pelas crianças e idosos. A construção pontual de equipamentos, de hotelaria, desportivos ou de animação permitirão alguma rotatividade na presença dos diversos escalões etários ao longo do dia e da semana, com garantia de vivência e presença de pessoas. Assim, ao longo do rio e do percurso ciclo-pedonal proposto, são criados espaços de estada, de encontro, de convívio social e comunicação para uma sociedade cada vez mais individualizada.

E tendo por referência, quer as características do projecto, quer as características do território, fazem parte da estratégia, acções de sensibilização, informação e motivação à participação da população local e exterior nas diferentes iniciativas a promover. O trabalho de “marketing social” torna-se fundamental para a visibilidade das acções do projecto e para a recolha de parceiros, apoios e solidariedades. A acção colectiva não é uma utopia, é uma urgência para os territórios rurais/periurbanos.

ECONOMIA: PRODUTORA DE BENS DE MERCADO

Através da criação de oportunidades de emprego que sustentem economicamente a região, numa estratégia integrada de diversificação das actividades económicas. Deste modo, a agricultura é, assumidamente, apenas uma das actividades deste vale.

Para a atractividade e dinamização desejadas para este território, defende-se o fomento de um turismo integrado, em articulação com actividades produtivas da região (ex. comercialização de produtos tradicionais), explorando e preservando os seus recursos patrimoniais. A implementação de passeios pedestres, de roteiros temáticos como a rota dos moinhos, da gastronomia, dos vinhos, das fontes, integrando-os nos circuitos regionais, de “pacotes” organizados, que cimentem e estruturam a actividade do sector. Reflectindo-se a montante na formação de técnicos e animadores à altura destas ambições, visará um turismo sustentável e vivo, que permita também que os habitantes da zona e da região sejam os primeiros beneficiários desse investimento, melhorando a sua qualidade de vida.

Assim, esta intervenção prevê que económica, ambiental e socialmente sejam garantidos rendimentos complementares que vão tornar o mundo rural e periurbano num verdadeiro desenvolvimento sustentável do mundo urbano.

DESCRIÇÃO DAS ACÇÕES

A inexistência de espaços destinados ao verdadeiro uso público, o elemento *rio* paralisado numa memória passada e saudosista, sem papel na intervenção da vida periurbana e a ocupação descaracterizada deste vale, são alguns dos pressupostos presentes num olhar atento sobre a área de intervenção. Assim, pretende-se (re)valorizar a relação do campo com o rio e com a cidade, recuperar o ambiente e a paisagem, reconverter o uso, assegurar a integração destes espaços no tecido periurbano e nos terrenos agrícolas e participar na (re)definição da sua identidade, de forma a (re)construir uma nova paisagem.

O rio Lis não precisa de uma mistificação, precisa sim de um *despertar* através de intervenções que realcem a beleza da paisagem e a tornem visível. Assim, parte-se da ideia que a beleza já existe no lugar e a intervenção propõe tirar partido disso, activando-a, e despertando o imaginário do Lis ao unir pontos (lugares) física e visualmente através do próprio. Na proposta, o Lis passa a ser o motor de actividade através da recuperação das margens e dinamização turística, permitindo uma leitura de conjunto, integrando os diversos elementos num todo. No fundo, dar unidade a este território.

Numa época em que o turismo integrado e o ecoturismo abrem grandes perspectivas, quando cada vez mais aumenta o número de visitantes que procuram conhecer o património cultural e natural, desfrutando activamente das suas paisagens, quando as estruturas lineares apresentam, por todo o mundo, uma popularidade crescente, a via ciclo-pedonal é uma aposta estratégica de enorme interesse.

Deste modo, propõe-se uma “aventura” pelo vale do Lis numa descoberta da paisagem na sua complexidade natural e cultural, (através de um percurso ciclo-pedonal) que atravesse longitudinalmente todo o vale e rio até à sua nascente. Um só percurso que, galgando de margem em margem, intercepta o rio em inúmeras pontes pedonais, criando “bolsas” de intervenção, sem entrar em conflito com troços de margem construída. As *bolsas* definem-se pelos espaços compreendidos entre o rio e o percurso ciclo-pedonal proposto e demarcam-se das grandes unidades territoriais de uso agrícola.

O traçado do percurso resulta da preocupação em reduzir a sua extensão e repetição ao longo das margens e, consequentemente, reduzir os seus custos, ao mesmo tempo que aumentar os espaços de intercepção – as *bolsas*, em substituição de “faixas” de intervenção – que contrariem a linearidade do rio e da estrutura da proposta em geral.

O projecto, como proposta, encontra-se traduzido na importância da articulação das *bolsas* com o percurso, recorrendo ao elemento de ligação – o rio. Por sua vez, estes três elementos encontram-se articulados com os lugares por onde passa. A recuperação do Lis como elemento identitário é um despertar da memória colectiva deste território.

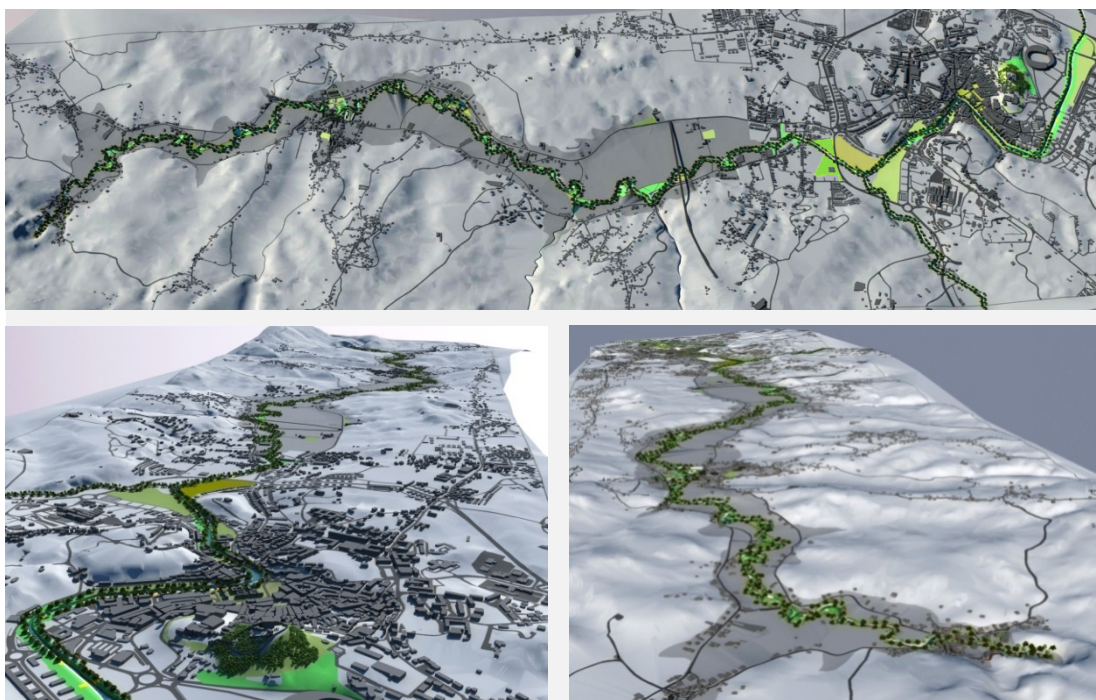


Fig. 97 | Vistas gerais da proposta de intervenção.

São propostas, pontual e estrategicamente, ligações transversais (do *rio*) a pontos de interesse cultural, ou apenas de acesso, e onde se colocam parques de estacionamento automóvel. Ainda transversalmente e a partir do *rio*, surgem caminhos pedestres pelos campos agricultados e pela serra, estes mais naturais e “domesticados” aproveitando trilhos existentes que se infiltram na paisagem e encontram diferentes pontos de atracção.

Passear, caminhar assume-se cada vez mais como uma forma diferente de fruir, conhecer e valorizar as paisagens e património. O passeio pedestre é hoje uma actividade largamente praticada nos países ditos desenvolvidos. Aparece associado a preocupações com a saúde e bem-estar, ao desejo de evasão e descoberta de novas paragens. Andar a pé é a forma mais equilibrada de nos relacionarmos com a natureza, que nos proporciona o tempo certo para despertar sentidos: andar, parar, olhar, cheirar, sentir,... e para além da diversidade natural e paisagística, há um mundo de tradições, vivências históricas, paisagens cheias de sítios especiais.

À semelhança do Polis, cria-se um “verde contínuo” envolvido por campos agrícolas como contraponto à envolvente construída da cidade. Através das *bolsas*, o percurso vai ganhando diferentes características pelos diversos usos e actividades que se sucedem tais como jardins, parques, campismo, minigolfe, equitação, praias/piscinas fluviais, restaurantes, bares e esplanadas, etc., que permitam o usufruto do rio e animem todo o percurso potenciando-o como um espaço de lazer por excelência.

Deste modo, o percurso é gerador de arquitecturas que são um pretexto para observar e usufruir a paisagem e o lugar onde se inserem. O percurso activa os espaços por onde passa – as *bolsas* – gerando arquitecturas (infra-estruturas de apoio à fruição da paisagem e do património) e criando ligações entre os locais de intervenção e o território envolvente. A arquitectura representa neste processo um papel fundamental no sentido em que tem a capacidade de conjugar os diversos tempos da paisagem e do lugar, projectando o território no futuro.

O respeito pelo Ambiente pauta o desenho dos edifícios e determina a escolha dos diferentes materiais (eco-construção). Assim, os pequenos equipamentos “ecológicos” têm diferentes funções, mas um único propósito: resgatar a paisagem e incorporá-la na vida humana colectiva. O natural e o construído são elementos chave na formalização da proposta. O seu relacionamento é imperativo. E o rio é o espelho desse relacionamento.

Propõe-se então um *parque linear* porque desenvolvido ao longo das margens do rio, ou *riverway*, com funções e actividades capazes de atrair a população urbana e a rural a participarem na sua dinamização. Como suporte a um novo modo de vida, o *parque linear* proposto - com as respectivas *bolsas* verdes, de estada, de enquadramento, *bolsas* desportivas, de lazer, etc., equipadas de acordo com o programa definido na planta da estratégia de intervenção – associado ao percurso ciclo-pedonal e suas pontes, acaba por estruturar todo o vale e território envolvente, dando sentido e utilidade às margens periurbanas do Lis actualmente desaproveitadas e abandonadas.

Sob o mote *recuperar e dinamizar as margens periurbanas do Lis*, o rio é, de facto e por direito, o grande protagonista no cenário desta operação, ao longo de cerca de 8 km. A sua extensão impõe algum respeito, contudo, a intervenção só faz sentido se prolongada até à nascente do rio.

Dada a dimensão da zona a intervir e face à heterogeneidade e características morfológicas dos espaços considerou-se necessário estruturar toda a área de intervenção em oito Planos de Pormenor que se apresentam seguidamente:

PP 1 - PLANO DE PORMENOR *QUINTA DE SÃO VENÂNCIO*

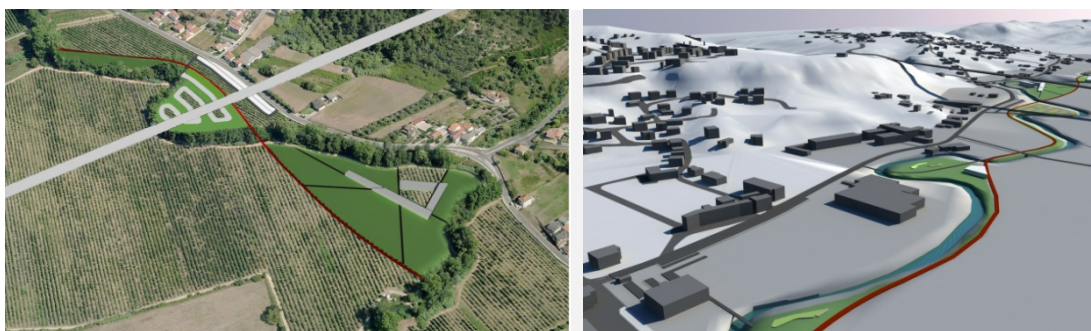




Fig. 98 | Imagens do Plano de Pormenor 1.

Este plano de pormenor tem parte da sua área geográfica no perímetro urbano da cidade, pertencendo à freguesia de Leiria (na margem esquerda do rio) e à de Pousos (na margem direita do rio). Como o nome indica, este plano é essencialmente abrangido pela Quinta de S. Venâncio, agricultada, que foi decisiva na retracção do crescimento da cidade nesta direcção. Seguida de prédios de seis andares, esta Quinta marca de forma abrupta o limite da cidade para o campo, para quem segue a estrada d'as Cortes (N 356-2). No entanto, passada esta herdade segue-se uma outra e desta rapidamente se avistam as consequências da expansão urbana difusa. Para quem segue pelo outro lado do rio (margem direita), na estrada paralela à d'as Cortes, a transição não é clara.

Em breve esta propriedade será marcada pela construção do IC36, já em fase de concurso e com perfil de viaduto, e que se julga vir a tornar uma barreira à expansão da urbe, um novo limite.

A intervenção proposta neste plano inicia-se com a continuação do percurso ciclo-pedonal iniciado pelo Programa Polis e um pequeno jardim de apoio à zona habitacional que o envolve. Segue-se uma *bolsa* (B1) que recebe um pequeno edifício que funciona como posto de informação e aluguer de bicicletas para os turistas que queiram conhecer e explorar a região.

Tem previsto, igualmente, equipamentos de alojamento, às portas da cidade, sendo este o carácter principal deste plano de pormenor. Deste modo, é criada uma *bolsa* para caravanas (B2) situada debaixo do local onde passará a futura IC36 (como se dela

fizesse parte), e outra para campismo (B3), ambos os equipamentos actualmente inexistentes e não menos necessários à cidade.

A presença de centenas de pessoas em escassos hectares, onde se instalam com todas as valências domésticas comuns (alojamento em tendas, instalações sanitárias, cozinhas, lavandarias, supermercado, salas de convívio, estacionamento automóvel, postos de saúde) e que neste caso proposto se concentram num só edifício central, faz do parque de campismo uma estrutura que tem mais a ver com o aglomerado urbano. Deste modo, o parque de campismo é estrategicamente colocado no limite do perímetro urbano, muito próximo da cidade centro, ao mesmo tempo que proporciona aos campistas a sensação de estarem no campo, envolvidos por um curso de água e por campos agrícolas pertencentes à Quinta.

Para a população menos adepta do campismo e do caravanismo, é proposto aos proprietários da Quinta de São Venâncio, um Hotel Rural ou Turismo de Habitação para o solar (a necessitar de restauro), desfrutando igualmente da propriedade.

Os acessos ao rio são maioritariamente feitos pela margem direita, bem com os parques de estacionamento.

PP2 - PLANO DE PORMENOR *QUINTA VALE DE LOBOS*

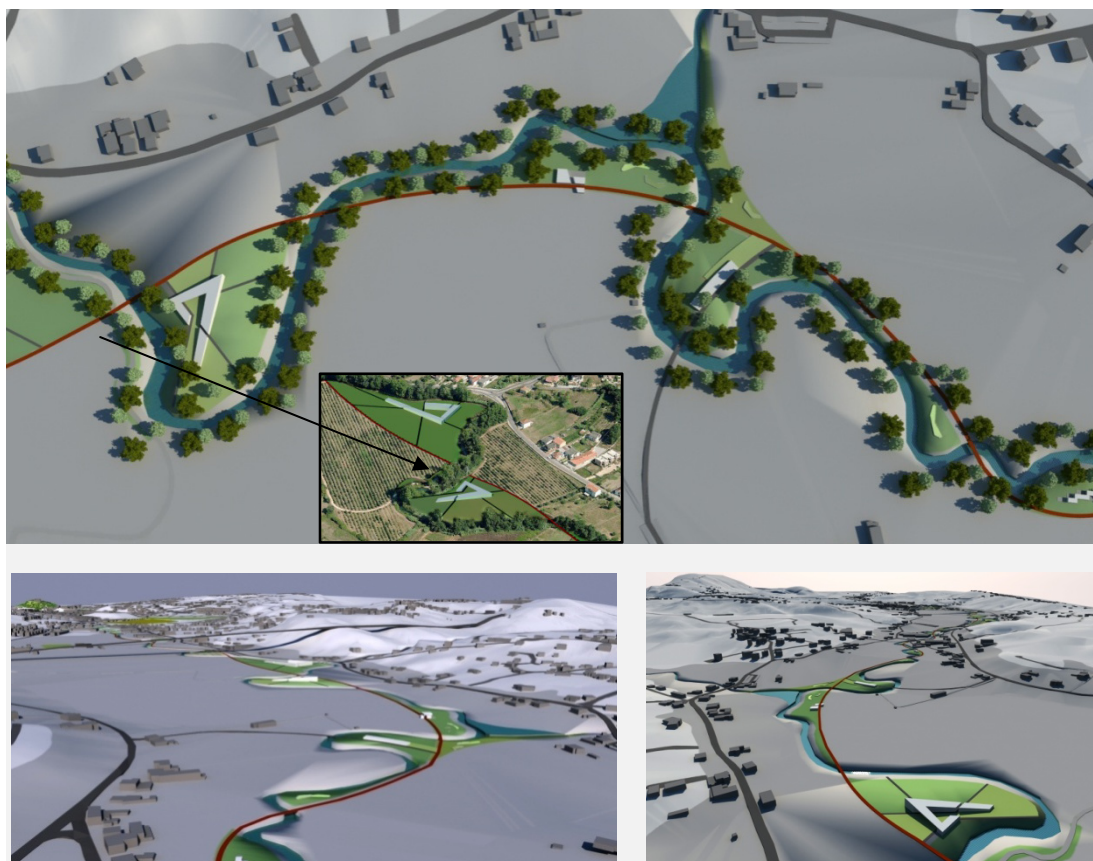




Fig. 99 | Imagens do Plano de Pormenor 2.

A montante da Quinta retratada no plano anterior surge a Quinta Vale de Lobos, pertencente na sua maioria à freguesia de Cortes (a margem esquerda do Lis até ao ribeiro do Zambujo e depois ambas as margens a montante do referido ribeiro, que separa as Cortes da freguesia de Pousos). Em poucos anos, parte desta propriedade será urbanizada - aquela que não está contemplada na zona de intervenção, portanto, a encosta.

Este plano de pormenor, complementa o anterior no âmbito do alojamento, embora distintos quanto à sua utilização. O edifício desta Quinta, abandonado, será reabilitado e convertido num lar de idosos. A sua localização é excelente quer em termos de acessibilidades, quer em termos paisagísticos: em contacto com a natureza e com o Lis, às portas da cidade.

Anexo ao parque de campismo, é proposto um campo de trabalho (B4), concebido para a manutenção das zonas de intervenção e a consequente sustentabilidade desejada para este território. Um campo de trabalho consiste em juntar jovens de todo o mundo, para que em conjunto possam levar a cabo um projecto, em torno do seu trabalho voluntário. O voluntariado não se pode confundir com caridade ou mão-de-obra barata, é antes uma aprendizagem constante. Envolve valores humanos, culturais, relações sociais, vida em grupo, solidariedade, desenvolvimento local e empenho. É preciso repor a ideia de um futuro e destino comuns onde as responsabilidades e deveres são igualmente partilhados. Os temas de um campo de trabalho são muito variados e podem ser especializados, funcionando como workshops com diplomas curriculares. Podem ir da arte à recuperação do património, da ecologia à construção de casas e muros, passando pelo trabalho sócio-comunitário (com crianças, idosos, deficientes). As estadias duram entre 10 dias a um mês.

A fechar este plano de pormenor, temos *bolsas* de apoio ao campo de trabalho, lar de idosos e às restantes infra-estruturas de alojamento propostas no PP1. Aproveitando o cruzamento do rio Lis com o ribeiro do Zambujo é criado um espelho de água de utilização lúdica (banhos) e respectivas *bolsas* equipadas com balneários e cafetaria (B5), jardim e parque de merendas e, na última (B6), uma zona de *snack-bars* com acesso directo e estacionamento, pela margem esquerda.

PP3 – PLANO DE PORMENOR *PONTE DO CAVALEIRO*

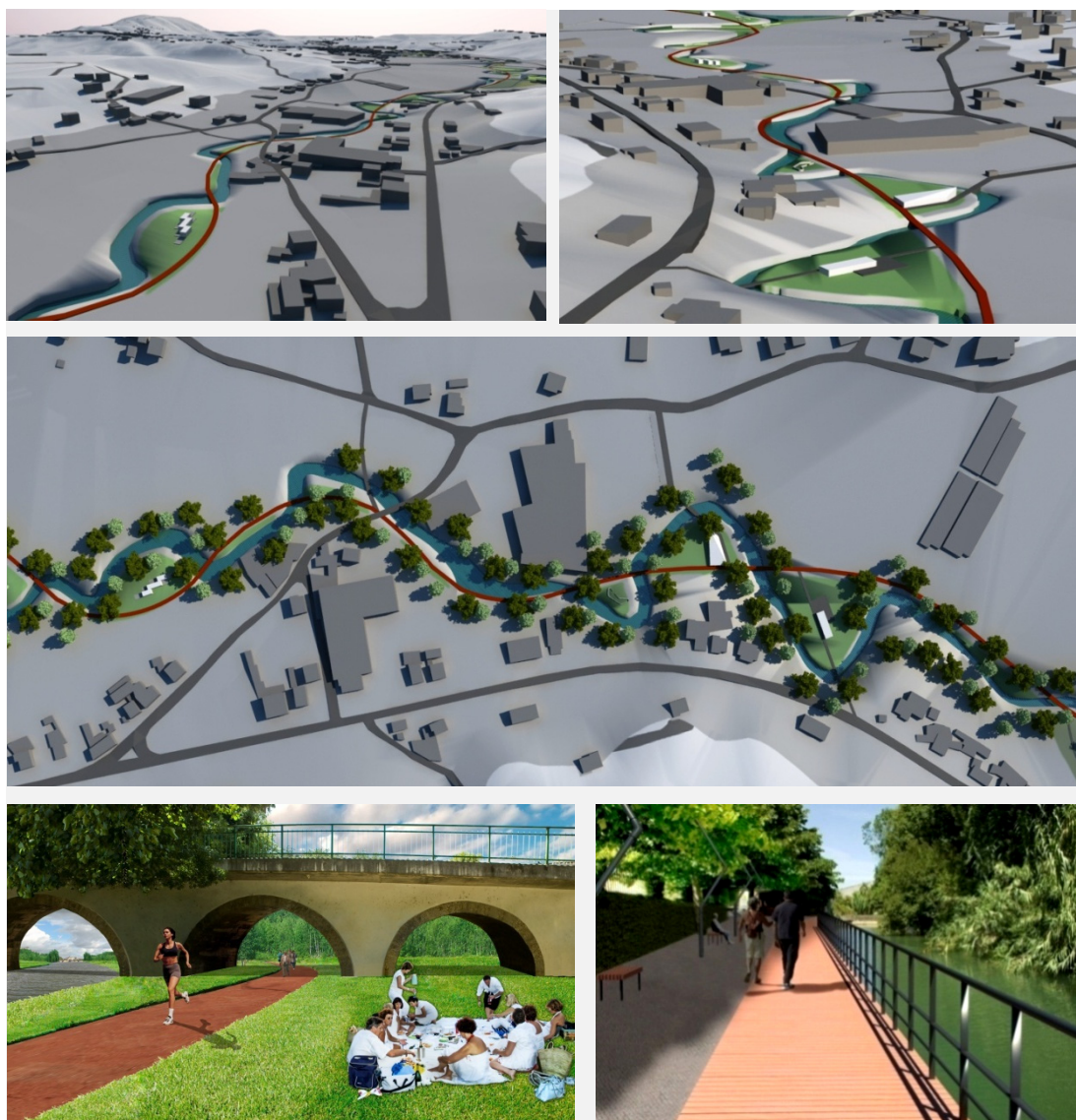


Fig. 100 | Imagens do Plano de Pormenor 3.

Este plano de pormenor localiza-se exclusivamente na freguesia de Cortes. Depois das grandes propriedades, surgem as de menor dimensão, nomeadamente, as que se constituem pela moradia mais logradouro. Junto à ponte do cavaleiro, o rio viu parte do seu corredor ser engolido pela construção anárquica de edificações nomeadamente habitacionais e industriais. Propõe-se a integração paisagística das unidades fabris ou a sua deslocação para áreas industriais.

A área de intervenção deste plano caracteriza-se por *bolsas* de menores dimensões. Isto porque, o sinuoso do traçado do rio começa a ganhar expressão neste troço que, juntamente com a proximidade da estrada das Cortes (povoada em ambos os lados) ao curso de água, resultou em pouco espaço sobranete para o desenho de *bolsas*. Igualmente, o percurso ciclo-pedonal é caracterizado por um constante contornar de

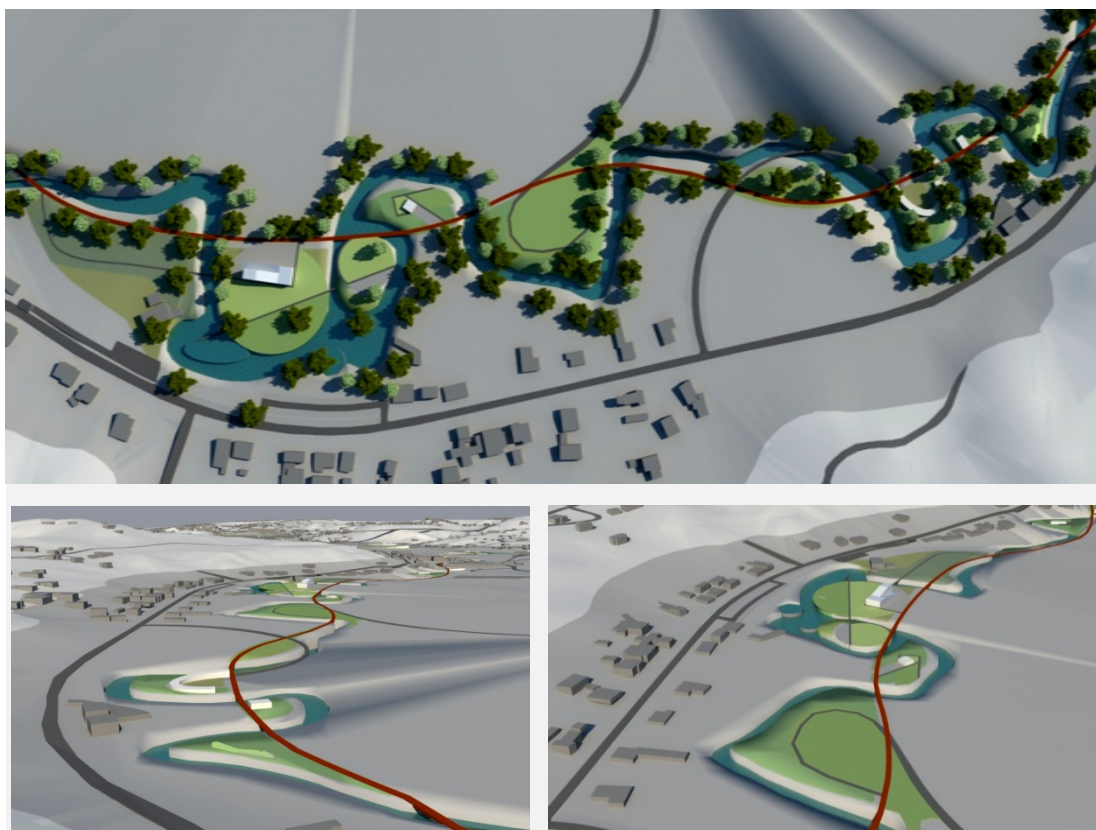
obstáculos (edifícios existentes) até encontrar de novo um trajecto que integre com ele, espaços mais generosos.

Contudo, não deixa de se tornar um troço interessante, pois está em constante diálogo com o construído, e muito próximo da população. Estes espaços sobrantes desenvolvem-se, essencialmente, sob a forma de parque linear, caracterizado por um *verde contínuo*, de enquadramento, e de apoio às habitações, “quebrado” apenas por um café/quiosque com zona de leitura (*Bolsa 7*) e dois restaurantes (*Bolsas 8 e 9* respectivamente), sendo um plano (PP3) dedicado à restauração. Justifica-se por ser uma zona crescentemente urbanizada, muito próxima da cidade, na qual, estes espaços de encontro social desempenham uma papel importante de cidadania.

A *ponte do cavaleiro*, com os seus quatro arcos - dois que cedem passagem ao rio, e outros dois, parcialmente assoreados, passam a ceder passagem ao novo percurso - constituiu-se num ponto de identificação e de excepção para os utilizadores deste trajecto.

Os acessos ao rio e respectivo estacionamento, são feitos, neste plano de pormenor, por ambas as margens. Este plano termina no *Cool Park*, um exemplo de como tratar uma *bolsa*, numa iniciativa privada.

PP4 – PLANO DE PORMENOR *KORRODI*



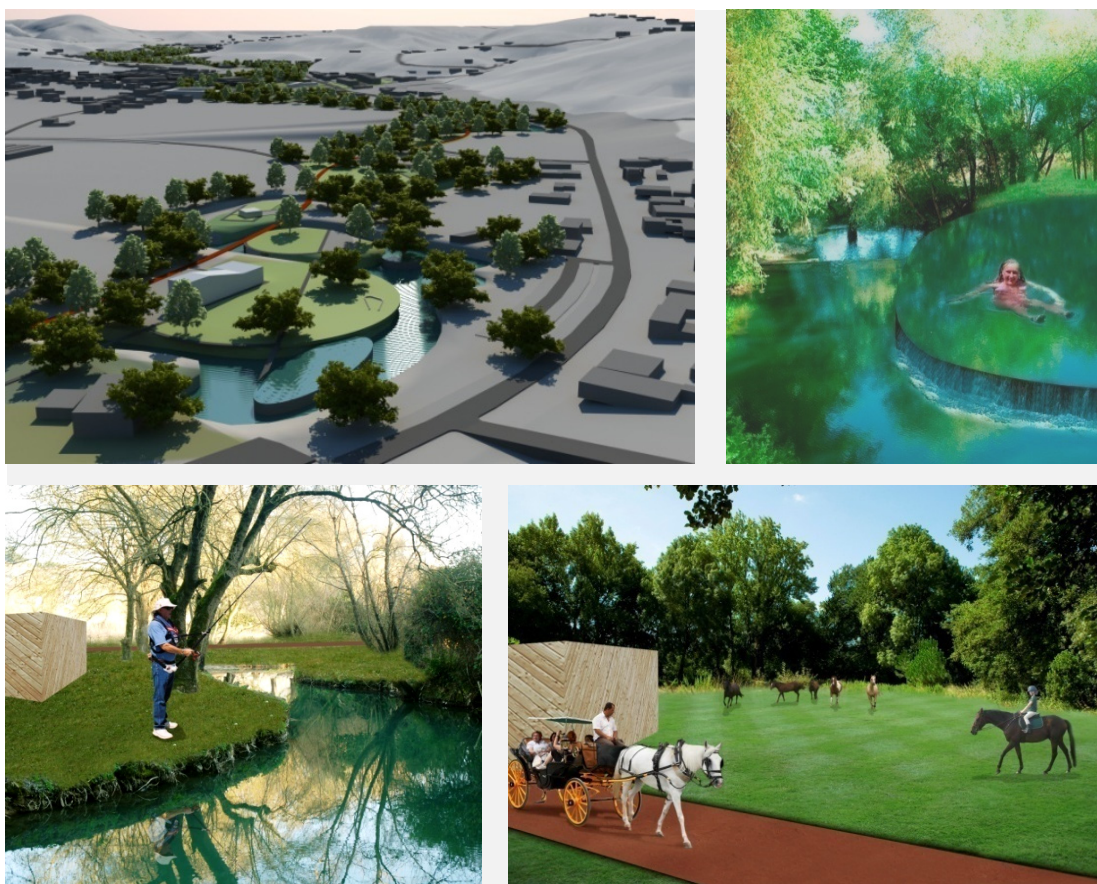


Fig. 101 | Imagens do Plano de Pormenor 4.

Até aqui, os planos apresentados favorecem a estada, o convívio, a animação e o recreio. O plano de pormenor agora apresentado marca a primeira zona de carácter desportivo e começa no *Cool Park*, um espaço dedicado ao entretenimento infantil/juvenil. A área abrangida por este plano finaliza-se no núcleo central do lugar d'as Cortes e respectiva freguesia.

Assim, ao *Cool Park*, sucede-se um complexo balnear com potencialidades para um rol de atracções bastante alargado. Contém infra-estruturas de apoio como balneários, ginásio e cafetaria, três piscinas exteriores anexas ao rio, havendo a possibilidade de cobrir uma delas. É ainda proposto para esta *bolsa* (B10), mediante a construção de um açude, um braço de rio que forma uma pequena ilha para banhos de sol. O propósito desta *bolsa* é transformar o respectivo espaço numa verdadeira “praia fluvial”. Segue-se a *bolsa 11* que alberga um pequeno edifício com equipamentos e acessórios para actividades aquáticas como a canoagem e *rafting*. Deste modo, as actividades desportivas propostas visam tirar partido da presença permanente do plano de água que o rio Lis oferece.

Segue-se a *bolsa 12* com um parque infantil e parque de merendas. Uma pequena *bolsa* (b7) complementa esta com um parque de jogos tradicionais para o convívio sénior. Ainda da *bolsa 12*, parte um outro trajecto, transversal ao principal, que nos leva a

visitar as Caves Vidigal, propriedade da qual faz parte a casa Korrodi. Também neste local, se situa a Estação Paleolítica da Quinta do Cónego, sendo um ponto de ligação cultural importante no percurso. À excepção desta ligação, os acessos são efectuados pela margem esquerda do rio, na qual a via de circulação está bastante próxima do rio.

O plano de pormenor termina com um centro hípico que se desenvolve na *bolsa 13*, e em outras duas de menor dimensão (b8 e b9) que se sucedem.

PP5 – PLANO DE PORMENOR *CORTES CENTRO*



Fig. 102 | Imagens do Plano de Pormenor 5.

Esta zona corresponde ao centro nevrálgico da Freguesia, sendo por isso a que, actualmente, mais actividades concentra, embora insuficientes e deficientes. Aqui encontram-se, aliados ao elemento natural *rio*, uma serie de edifícios de interesse cultural, histórico e arquitectónico. Revela-se uma zona de trabalho mais cuidado.

Além do núcleo central consolidado, este plano de pormenor dispõe de dois importantes *vazios urbanos*, separados pelo Lis: a Quinta da Cerca e a antiga Adega Cooperativa. Como primeiro pressuposto, ressalta a ligação entre estes dois *vazios* através do percurso ciclo-pedonal, comum a toda a área de intervenção.

Para a Quinta da Cerca é proposta uma alteração ao uso previsto pela autarquia local, e ao invés de um pavilhão polidesportivo, seria criado um grande espaço público, pois considera-se nefasta tamanha construção naquele que se considera o verdadeiro centro da freguesia, já por si denso. O espaço público seria composto por praças, e estas envolvidas por espaços verdes. O ringue existente estaria enquadrado paisagisticamente e a praça principal situar-se-ia no local previsto para o pavilhão, aproveitando as obras iniciadas (piso e respectivas fundações) e nunca concluídas. Nesta praça se realizaria um mercado tradicional mensal, com produtos da região. O espaço prevê um parque de estacionamento ao longo daquela que será a principal entrada no lugar das Cortes, e de uma estrutura simbólica que marca a única quebra do percurso. Em forma de ponte edifício, esta estrutura sugere trajectos, encontro de direcções, e no imaginário a união do percurso que é expressa na forma do edifício. Esta estrutura (envidraçada) prevê na sua forma, pequenas lojas tradicionais, galeria de exposições e respectivas oficinas, e desenvolve-se a uma cota superior, libertando a propriedade de mais construções e, ao mesmo tempo, criando sombra nos extensos relvados.

Ainda neste *vazio urbano*, propõe-se a reabilitação do solar da quinta para melhor servir a escola de música e ampliar as suas actuais instalações, bem como a de outras actividades artístico-culturais. É previsto a reconstrução de uma antiga indústria junto ao rio, em ruínas, e convertê-la no futuro centro de saúde, libertando o solar também desta função. Igualmente, o jardim-de-infância aí existente seria reabilitado e ampliado, de forma a responder às novas necessidades/exigências funcionais.

No desenho deste plano de pormenor, revela-se importante o futuro da antiga Adega Cooperativa, para a qual é proposto uma área residencial (devido à escassez de zona de construção na freguesia), e um anfiteatro no único edifício que se preza conservar, junto de um novo edifício que albergue a Junta de Freguesia. Pretende-se criar um parque de estacionamento subterrâneo (aproveitando as infra-estruturas existentes) para colmatar a dificuldade crónica de uma zona densamente habitada. Os depósitos de vinho, à beira rio, serão convertidos em cafés/bar, que se propagarão (como docas) na *bolsa* (B15) que antecede este espaço. Anterior a esta, uma outra *bolsa* (B14) alberga um restaurante de complemento às “docas”.

Referira-se, ainda, que a casa Afonso Lopes Vieira vai ser reconstruída e transformada num Hotel Rural “Charme” (já em fase de projecto), em concorrência com a Casa da Nora já divulgada além fronteiras e separada da primeira pelo rio. O plano de pormenor termina com a *bolsa* 16, dedicada à pesca desportiva.

PP6 – PLANO DE PORMENOR *QUINTA DO FREIXO*

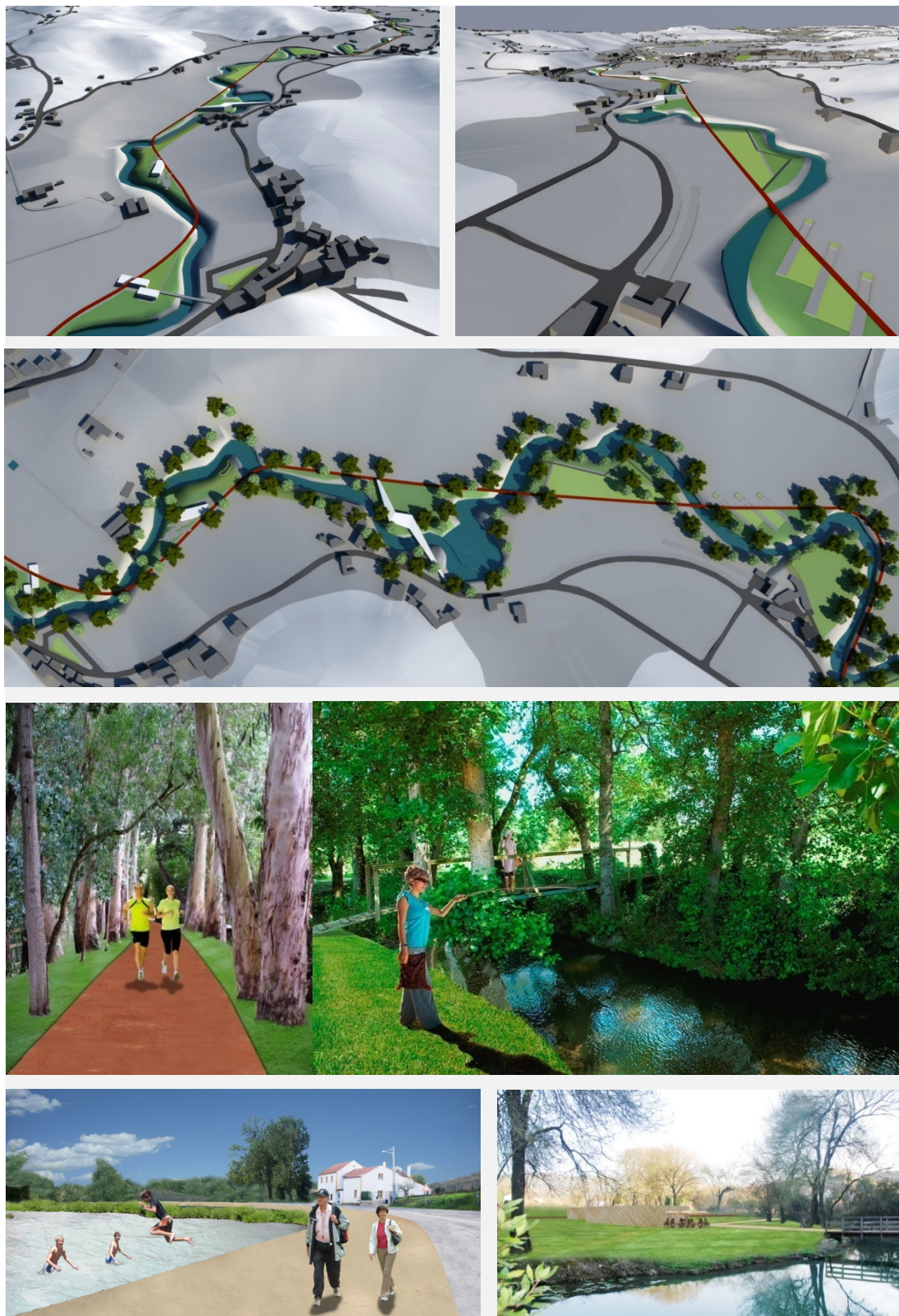


Fig. 103 | Imagens do Plano de Pormenor 6.

Este plano de pormenor marca o retorno à paisagem mais natural, e a menor densidade permite ao percurso a criação de *bolsas* de maior dimensão. A primeira, deste plano, encontra-se na margem oposta ao restaurante Moinho do Rouco, ponto turístico de grande afluência e onde, por isso mesmo, é proposto para esta *bolsa 17* um uso semelhante. Segue-se um amplo espaço verde que incita à reflexão e onde se propõe a criação de um café/quiosque com zona de leitura (B18).

Para a *bolsa 19* é sugerido uma outra zona balnear. O actual açude feito com tábuas de madeira é substituído por um mais eficiente, criando um espelho de água. A sua passagem é feita por uma ponte-edifício que servirá também de apoio, com balneários e cafetaria.

Sucedem-se uma *bolsa* (B20) de dimensão considerável dedicada à prática do minigolfe, actividade crescentemente procurada e inexistente no concelho. Para terminar este plano de pormenor de carácter lúdico, é proposto um jardim (B21) que complementa o verde anterior e que se relacione com o verde da Quinta do Freixo, local onde termina este plano de pormenor e ponto de interesse a conhecer pelo seu solar envolto em água, o seu jardim, o seu moinho, e os eventos que promove.

Por fim, neste plano, os acessos transversais às *bolsas* e ao rio dão-se somente pela sua margem esquerda, que se encontra muito próxima da estrada e à mesma cota.

PP7 – PLANO DE PORMENOR *MOINHO DO RATO*

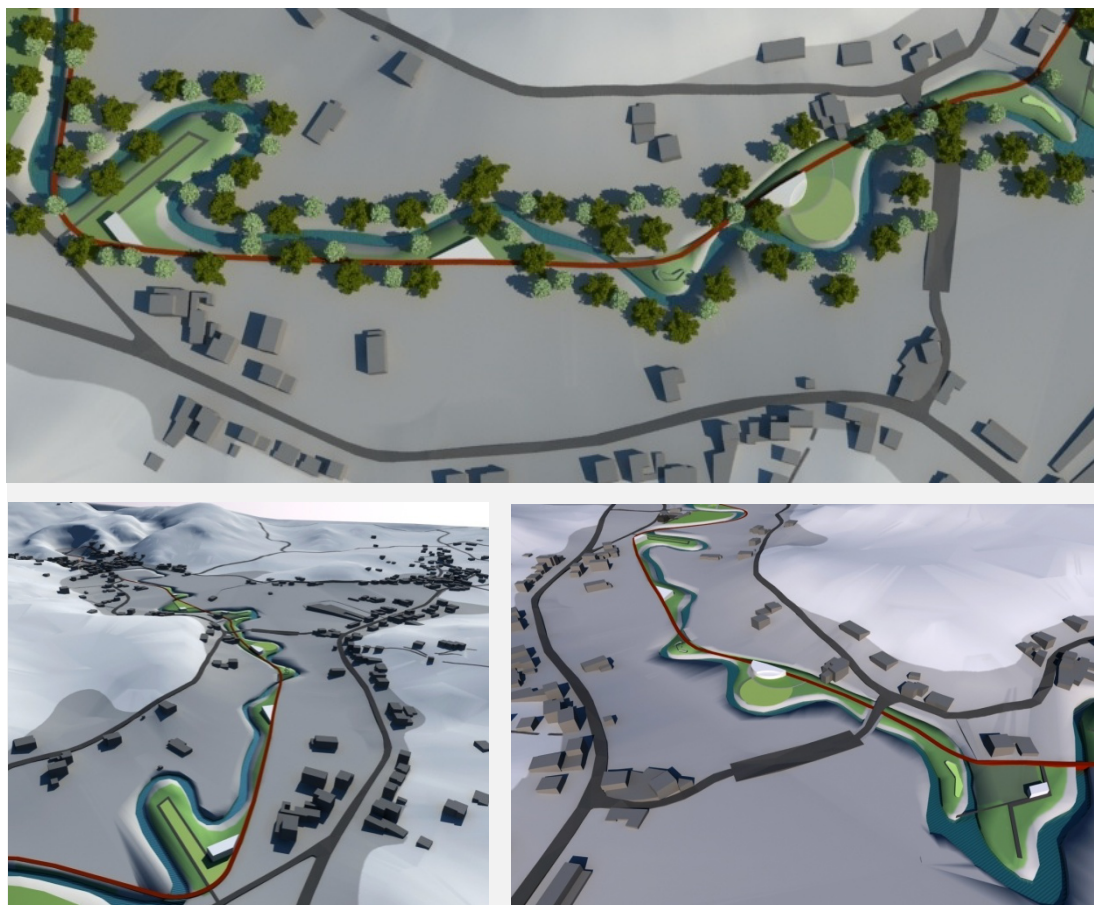




Fig. 104 | Imagens do Plano de Pormenor 7.

A área abrangida por este plano de pormenor inicia-se com o limite da Quinta do Freixo e estende-se até ao lugar Reixida, e é novamente caracterizada pela dispersão da construção e a conseqüente desordem da paisagem. Já depois da referida propriedade, propõe-se uma “casa de chá”, e mais um restaurante (B22) que possa também servir de complemento aos serviços prestados na Quinta, na organização de outros eventos abertos ao público em geral.

Pretende-se para este vale protegido mais uma pequena zona de restauração, fomentando o turismo gastronómico já presente na região.

Para a *bolsa* 23, é proposto um outro posto de informação, que complementa a função do primeiro, divulgando as características da zona montanhosa envolvente à de intervenção, informando outros trajectos a seguir, como é o caso de trilhos espalhados pela Sra. do Monte, e assinalando a etapa final da ciclovia, com a recepção e/ou aluguer de bicicletas. Ainda junto à margem do rio, o plano termina com um parque de merendas e de estacionamento que apoia a chegada de autocarros turísticos de visita à nascente do Lis.

No lugar Reixida propõe-se uma praça/jardim em frente à Capela com a demolição de um “barracão” contornado por vias, favorecendo a circulação (visibilidade) e criando um espaço de encontro neste aglomerado denso e bairrista.

PP8 – PLANO DE PORMENOR *NASCENTE DO LIS*

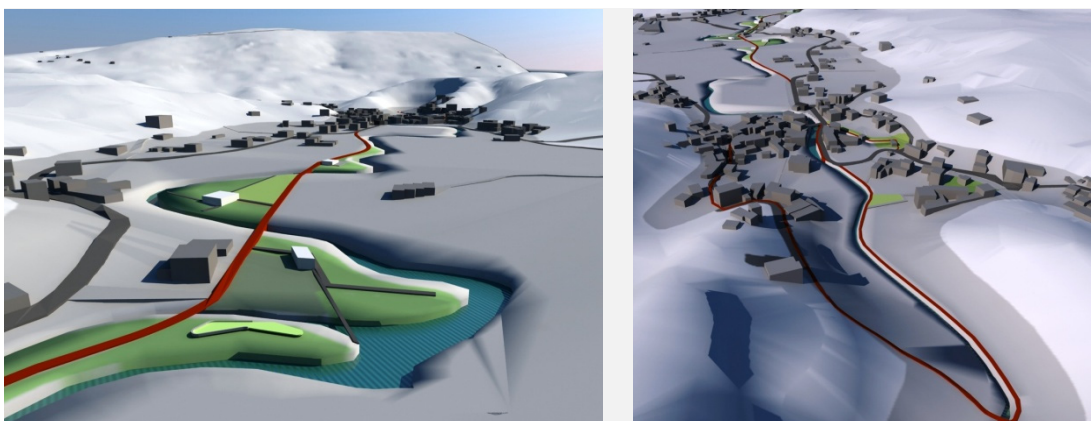




Fig. 105 | Imagens do Plano de Pormenor 8.

Esta zona corresponde ao lugar *d'as Fontes*, merecedor de destaque por lhe pertencer a nascente do rio Lis. De carácter rural, tem uma envolvência paisagística de excepção, pois surge na confluência de dois montes.

Este plano de pormenor inicia-se com o *pego d'as Fontes*, onde será mantida a tradição de banhos. Esta *bolsa* (B24) será equipada com um *snack-bar* de apoio, e seguida de *bolsas* jardim com “casas de petisco” (B25) para a recepção de turistas que exploram este património natural e cultural.

A pequena dimensão do lugar, das ruas, dos largos, e a sua densidade, não deixaram espaço para o automóvel, sendo um dos actuais problemas para quem vai

visitar as nascentes. Deste modo, imediatamente antes da capela, é proposto um parque de estacionamento. O largo da capela também seria alvo de arranjos urbanísticos.

Para os pequenos espaços comunitários existentes, são propostos um parque infantil, e um parque de merendas junto à nascente secundária do Lis. Sugere-se ainda que o casario do núcleo central deste lugar, com algum interesse, seja requalificado.

EFEITOS TERRITORIAIS DA INTERVENÇÃO

Como consequência directa e indirecta desta intervenção é espectável a melhoria da qualidade de vida rural e urbana, sentida tanto nos domínios ambiental como socioeconómico.

O modelo de desenvolvimento que aqui se defende para este território exige recursos financeiros, mas requer, sobretudo, recursos humanos. Exige certamente capacidade organizativa e tempo. Mas, acima de tudo, exige uma visão prospectiva que traduza uma “ambição de futuro” e faça apelo à participação efectiva das populações na construção do seu destino: *“As utopias nascem de uma insatisfação colectiva; (...) não pode tornar-se realizável se não tiver um consentimento colectivo”* (Friedman, 2000: 18).

A intervenção envolve inúmeras expropriações - nomeadamente em terrenos de pequenas dimensões e em terrenos emparcelados - ou, como alternativa, parcerias público-privadas, em que a Autarquia comparticiparia com o projecto e o proprietário com a execução da obra respeitando todas as condicionantes do mesmo. Poderia ser uma forma de rentabilização de custos do sector público e de satisfação para com os privados apegados à terra e com condições financeiras para suportar o investimento que depois rentabilizariam.

A proposta não pretende resolver todos os problemas da região em estudo, polarizada pela zona de intervenção. Ela pretende criar estímulos, deixar traçadas, ainda que de forma académica, novas directrizes que, devidamente discutidas e trabalhadas, poderão servir de matriz a um real planeamento sustentável deste micro território.

Segundo Ricoeur (1991: 507) *“A ideologia é afinal um sistema de ideias que se torna obsoleto porque não se adapta à realidade presente, ao passo que as utopias são saudáveis na medida em que contribuem para a interiorização das mudanças”*. Deste modo, existirão sempre as utopias que funcionam como propostas de intervenção, e as que pretendem sugerir apenas mudança, o fomentar de ideias e o potenciar de acções, pois como diz António Gedeão *“(...) sempre que um homem sonha, o mundo pula e avança”*.

2.4 | PEÇAS DESENHADAS